



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA- UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS- IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL- SER

Murilo Martins Braga

**AS EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” NA FORMAÇÃO SOCIAL
BRASILEIRA DA DÉCADA DE 1950 ATÉ O FIM DA DITADURA CIVIL -
MILITAR**

Brasília-DF
2018



Murilo Martins Braga

**AS EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” NA FORMAÇÃO SOCIAL
BRASILEIRA DA DÉCADA DE 1950 ATÉ O FIM DA DITADURA CIVIL
MILITAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade de Brasília como requisito para a
obtenção do título de bacharel em Serviço
Social.

Orientadora: Prof. Dr. Michelly Ferreira
Monteiro Elias

**Brasília- DF
2018**

Murilo Martins Braga

**AS EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” NA FORMAÇÃO SOCIAL
BRASILEIRA DA DÉCADA DE 1950 ATÉ O FIM DITADURA CIVIL-
MILITAR**

Banca Examinadora

**Prof^a. Dr^a Michelly Ferreira Monteiro Elias
(Orientadora)**

Prof. Dr. Reginaldo Ghiraldelli (SER/UNB)

Prof^a. Dr^a. Andreia Oliveira (SER/UNB)

**Brasília –DF
2018**

Aos meus pais, Silveira de Jesus e Maria Du Carmo Martins, e a minha querida irmã, Bruna Martins, motivadores das minhas conquistas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela oportunidade de ingresso a universidade, pela força, pela determinação e pela sabedoria que me concedeu para concluir esse trabalho.

Aos meus pais, minha irmã, um cunhado e meus sobrinhos, que alegram meus dias e me dão motivação frente as dificuldades e lutas da vida. Sou grato pelo suporte e pela força nos momentos de dificuldade, a caminhada se torna fácil com apoio de vocês.

Aos queridos amigos e colegas de curso com quem tive o privilégio de conviver, compartilhar experiências e conhecimento. Assim como os colegas do grupo de pesquisa e estudos TRASSO, com quem tive a oportunidade de crescer e obter importantes acúmulos que permitiram desenvolver esse trabalho. À cada um desses que foram importante no processo de formação neste curso de graduação.

Da mesma forma aos irmãos do amado Núcleo de Vida Cristão (NVC), que foram verdadeiros amigos que me deram momentos incríveis de suporte e de afago na minha passagem pela universidade. Vocês me motivaram e me deram o apoio de prosseguir lutando.

Aos professores e professoras do curso de Serviço Social da UNB, especialmente àqueles (as) com quem tive a oportunidade de conviver durante a Graduação e que foram cruciais no processo de formação profissional. Nesse sentido destaco a pessoa do professor Reginaldo Ghiradelli, que me possibilitou oportunidades acadêmicas que foram um divisor de águas na minha formação. Admiro seu profissionalismo e sua pessoa.

À professora Michelly Elias, minha orientadora no processo de construção desse trabalho. Obrigado pela persistência, pela credibilidade, pela paciência e pela confiança de sua parte que envolveram a construção desse trabalho. Sem sua compreensão e seu excelente trabalho não seria possível.

E por fim a tantos amigos e irmãos nessa caminhada da vida que fazem os meus dias serem leves e alegres. Devo muito do que sou a vocês todos que me incentivam a crescer como pessoa e como profissional, louvado seja Deus por suas vidas.

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo analisar as expressões da “questão social” na formação social Brasileira da década de 1950 até o fim da ditadura civil-militar. Com a finalidade de refletir sobre os impactos dos processos de transformação capitalista na organização e na estruturação da burguesia brasileira, assim como nas suas consequências e reflexos sobre a vida e as lutas sociais da classe trabalhadora no contexto deste período. Desta forma baseando-se no método materialista-histórico-dialético e tendo-se como procedimento metodológico a análise teórico-bibliográfica, a análise engloba as decorrências das investidas imperialista na década de 1950 no Brasil, as correlações de forças que envolveram o processo de irrupção e consolidação do capitalismo monopolista e a configuração das lutas sociais no seu processo de avanço até fim da ditadura civil-militar. O estudo realizado nos permitiu apreender que a consolidação do capitalismo monopolista no contexto brasileiro, se configurou num processo em que as requisições imperialistas em função da acumulação extraordinária, movimentaram a construção de uma autocracia burguesa que direcionada à *superexploração do trabalho*, à repressão política e ao autoritarismo, com base no resgate das piores tradições que perpassam a Formação Social Brasileira. A “questão social” nesse sentido se expressa num quadro de supressão das lutas sociais, das organizações e da vida política da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Questão Social; Formação Social Brasileira; Lutas Sociais; Transformação Capitalista.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the expressions of the "social question" in the Brazilian social formation of the 1950s until the end of the civil-military dictatorship. With the purpose of reflecting on the impacts of the processes of capitalist transformation on the organization and structure of the Brazilian bourgeoisie, as well as its consequences and reflexes on the life and social struggles of the working class in the context of this period. In this way, based on the materialist-historical-dialectical method and having as a methodological procedure the theoretical-bibliographic analysis. The analysis encompasses the consequences of the imperialist onslaughts in the 1950s in Brazil, the correlations of forces that involved the process of capitalist irruption and consolidation, and the configuration of social struggles in their process of advancement to the civil-military. The study allowed us to understand that the consolidation of monopoly capitalism in the Brazilian context was a process in which imperialist requisitions due to extraordinary accumulation, moved the construction of a bourgeois autocracy in the form of the technocratic state the political repression of movements, authoritarianism and the rescue of the worst traditions that permeate the Brazilian Social Formation. The "social question" Aiming expressions at suppressing the social struggles, of organizations and the political life of the working class.

Key-Words: Social Issues; Brazilian Social Formation; Social Struggles; Capitalist Transformation

LISTA DE SIGLAS

ABC – Santo André (A), São Bernardo do Campo (B) e São Caetano do Sul (C)

AI – Ato Institucional

ALN – Ação Libertadora Nacional

ANL – Aliança Nacional Libertadora

AP – Ação Popular

BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento

COLINA – Comando de Libertação Nacional

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas

CGT – Central Geral dos Trabalhadores

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

ESG – Escola Superior de Guerra

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNABEM – Fundação Nacional de Bem-estar do Menor

IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MVR - Movimento Nacional Revolucionário

PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PIB – Produto Interno Bruto

POLOP – Organização Revolucionária Marxista – Política Operária

SINPAS – Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social

SALTE - Saúde, alimentação, transporte e energia

SER – Departamento de Serviço Social (UNB)

SNI – Serviço Nacional de Informações

SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito

UDN – União Democrática Nacional

UnB – Universidade de Brasília

UNE – União Nacional dos Estudantes

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 – QUESTÃO SOCIAL, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E LUTA DE CLASSES NO BRASIL DE 1950 ATÉ O PRÉ- 64	
1.1 – Breve introdução acerca da “questão social”	14
1.2 – Desenvolvimento econômico e luta de classes até o pré-64.....	17
CAPÍTULO 2 – DITADURA CIVIL-MILITAR, AUTOCRACIA BURGUESA E TECNOCRACIA ESTATAL	
2.1 – Significado sócio-histórico do golpe civil-militar.....	35
2.2 – As características da autocracia burguesa na ditadura civil-militar.....	39
CAPÍTULO 3 – SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO E LUTAS SOCIAIS NO CICLO AUTOCRÁTICO BURGUESES DA DITADURA CIVIL MILITAR.	
3.1 – As consequências da autocracia burguesa na vida da classe trabalhadora	49
3.2 – As organizações da classe trabalhadora e as lutas sociais na Autocracia Burguesa.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS.....	63

INTRODUÇÃO

Esse estudo tem como objetivo principal analisar as expressões da “questão social” na formação social brasileira da década de 1950 até o fim da ditadura civil-militar. Desta forma buscaremos refletir acerca dos impactos dos processos de transformação capitalista na organização e estruturação da sociabilidade burguesa brasileira no período de irrupção e de consolidação do capitalismo monopolista. Assim como analisaremos as consequências e os reflexos desses processos sobre a vida e as lutas sociais da classe trabalhadora no ciclo autocrático nesta realidade.

As contradições advindas do estabelecimento do modo de produção capitalista no cenário mundial culminaram no processo sócio-histórico da manifestação da “questão social” nos termos da sociabilidade burguesa dos séculos XVIII e XIX. As tensões e os conflitos inerentes à reprodução das relações sociais no âmbito dessa sociabilidade, desaguaram na corrente da problematização e do reconhecimento político da classe trabalhadora de sua condição de subordinação ao capital, de exploração e de alienação no que se refere às relações de produção no sistema capitalista.

As expressões deste processo na realidade social brasileira ganham forças a partir do séc. XX, tendo em vista a formação da sociabilidade burguesa brasileira e o acirramento dos processos de transformação capitalista numa realidade “tardia” com relação à ascensão da sociedade industrial na Europa e no Estados Unidos da América. No que se refere a formação social brasileira, os moldes que marcam o surgimento da burguesia nacional se diferenciaram daqueles que estabeleceram o pensamento e o *ethos burguês* na realidade europeia.

As premissas da liberdade e da igualdade que fomentaram as revoluções burguesas na Europa, não coadunaram com a realidade das transformações capitalista na América Latina e no Brasil. As requisições para o “desenvolvimento econômico” do capitalismo “tardio” não permitiram na realidade brasileira o desenvolvimento de uma burguesia nacional autônoma e as intenções que vislumbravam essa possibilidade esbarraram na prevalência das práticas sociais e políticas das elites tradicionais, que se reificaram no *ethos* da burguesia brasileira, e na dependência e subordinação da nação ao capital estrangeiro.

As configurações que envolveram o processo de desenvolvimento do capitalismo na realidade nacional, sob a lógica da dependência ao imperialismo, incidiram e tiveram peso decisivo no que se refere às formas de expressão da “questão social” na realidade de irrupção do capitalismo monopolista no Brasil e de sua consolidação nos termos da autocracia burguesa estabelecida na ditadura civil-militar. As consequências para a classe trabalhadora nesse processo foram devastadoras no sentido da repressão e criminalização da sua vida política e na precarização de sua vida material, gerada pela *superexploração* do trabalho que fomentou níveis de mais-valia extraordinários para a acumulação capitalista da grande empresa privada nacional e estrangeira.

As dinâmicas que perpassam a formação social brasileira, assim como os movimentos históricos que conformaram a “questão social” nas suas múltiplas e diversas manifestações, são carregadas de particularidades e singularidades, que nos permite refletir sobre os processos e dinâmicas da vida econômica e política nacional. Aprender e refletir sobre esses processos tendo por consideração as manifestações sociais, econômicas e políticas em torno da transformação capitalista e da conformação das correlações de forças que se instauraram ao longo da história brasileira, subsidia as mediações necessárias para compreender a reprodução das relações sociais na atual sociabilidade capitalista. Assim como contribui com reflexões que permitem adensar a produção do conhecimento destinada ao fortalecimento das lutas sociais da classe trabalhadora em função da superação dos entraves e limites colocados à sua reprodução social no âmbito da sociabilidade burguesa.

Nesse sentido tendo em vista o compromisso ético-político hegemônico da profissão do Serviço Social, materializado nos termos da Lei Nº 8.662 de 1993 e no código de ética da profissão de 1993, esse trabalho se apresenta como uma contribuição que visa atender os interesses da classe trabalhadora com a pretensão de contribuir com a produção do conhecimento, que sirva de subsídio para os encontros e lutas da classe trabalhadora.

Tendo por eixo norteador da produção do conhecimento no Serviço Social, As diretrizes curriculares de 1993 da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social)¹, a contribuição pretendida se direciona no sentido do aprofundamento da discussão da formação social brasileira nos meios de produção do conhecimento da profissão, com vista de que a discussão da formação sócio-histórica da profissão e da

¹ Nesse sentido destacamos um dos núcleos que perpassam os fundamentos da formação em Serviço Social, o do estudo da realidade sócio-histórica brasileira e da profissão.

sociabilidade em que essa se insere, sendo esse um dos núcleos principais que direcionam o ensino e a pesquisa na categoria profissional.

Desta forma este trabalho surge com o objetivo de analisar as expressões da “questão social” na formação social brasileira da década de 1950 até o fim da ditadura civil-militar, a fim de refletir sobre os impactos dos processos de transformação capitalista na organização e estruturação da burguesia brasileira, assim como, nas suas consequências e reflexos sobre a vida e as lutas sociais da classe trabalhadora.

Para corroborar com a finalidade desta pesquisa, o percurso metodológico adotado neste trabalho reside no entrelaçamento do objeto e objetivo de estudo, tendo em vista uma abordagem qualitativa no processo de pesquisa tendo por referência para a análise pretendida o método materialista histórico- dialético. A partir da natureza do método e da abordagem qualitativa da pesquisa, a metodologia adotada residiu em um estudo bibliográfico de obras de autores da tradição marxista do Serviço Social e de autores tradicionais que discutem a Formação Social Brasileira, que tratavam especialmente da discussão pretendida no Estudo no período da década de 1950 até o fim da ditadura civil-militar.

As análises que compõem o arcabouço bibliográfico constitutivo do estudo são a contribuição de Fernandes (1975) para se discutir os processos de “desenvolvimento econômico” e a configuração e consolidação da autocracia burguesa na ditadura civil-militar. De Netto (2009) e Iamamoto (2008) para introduzir a discussão acerca da categoria “questão social”, de Marini (2014) para a reflexão das lutas sociais e a configuração dos governos burgueses, assim como, a evidência da categoria superexploração do trabalho, Netto (2014) para análise sócio-histórica da ditadura civil-militar, o significado sócio-histórico do golpe civil-militar de Ianni (1981) para compreensão dos marcos que caracterizam a tecnocracia estatal e os impactos da política econômica ditatorial na vida política e econômica da classe trabalhadora, de Antunes (2011) para discutir as lutas sociais na América Latina e no Brasil, e as configurações das organizações partidárias e políticas da esquerda brasileira na ditadura e por último de Santos (2012) para discutir as particularidades da “questão social” brasileira.

Para melhor compreensão, esse estudo foi dividido em três capítulos sendo que cada um deles foi dividido em dois tópicos. O primeiro capítulo aborda as expressões da “questão social” no contexto do desenvolvimento econômico e da irrupção do capitalismo monopolista na década de 1950. Nesse sentido, o primeiro tópico do capítulo trata-se de uma breve introdução acerca da categoria “questão social” e de seu entrelaçamento com

os processos de desenvolvimento econômico na sociabilidade capitalista. No segundo tópico mais precisamente se discutiu o processo de ascensão do capitalismo monopolista no Brasil, as contradições e tensões sociais que antecederam o estabelecimento da autocracia até o advento do golpe civil-militar.

O segundo capítulo retrata as contradições entre capital e trabalho no ciclo autocrático burguês da ditadura civil-militar, assim como o processo de aprofundamento no esquema integrado de acumulação capitalista sob a subordinação do imperialismo. O primeiro tópico se configura numa análise do significado sócio-histórico que perpassou o golpe civil-militar propiciando a instauração da autocracia burguesa na realidade brasileira do regime ditatorial. O segundo tópico aborda a configuração da autocracia burguesa, nos termos das contradições e das correlações de forças que gravitavam em torno dessa, assim como a configuração e papel da tecnocracia estatal tutelada pelos militares no período da ditadura civil-militar até a crise do regime ditatorial com a queda do “milagre econômico” e o processo de “transição democrática”.

Por último, o terceiro capítulo aborda as consequências da autocracia burguesa sobre a vida e as lutas sociais da classe trabalhadora. O primeiro tópico aborda a análise dos impactos da política econômica da ditadura, assim como, os reflexos da tecnocracia estatal sobre a vida material e política da classe trabalhadora enfatizando o papel da *superexploração* para configurar níveis extraordinários de mais-valia do capital sobre o trabalho na realidade do arrocho salarial promovido pela ditadura.

O segundo tópico aborda a configuração das organizações e das lutas da classe trabalhadora, assim como os entraves, limites e possibilidades impostos pela repressão, criminalização e perseguição política dessa pela campanha combativa do anticomunismo. O capítulo se encerra enfatizando o processo de crise do regime ditatorial, na ocasião da decaída do crescimento econômico promovido no “milagre brasileiro” e o papel das lutas sociais da classe trabalhadora, a nível da luta armada e sindical para o processo que culminou na “transição democrática”.

CAPÍTULO 1 – QUESTÃO SOCIAL, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E LUTA DE CLASSES NO BRASIL DE 1950 ATÉ O PRÉ- 64

Trata-se neste primeiro capítulo das expressões da “questão social” na particularidade do desenvolvimento capitalista no Brasil no cenário sócio-histórico da década de 1950 e do início da década de 1960 até a ascensão do golpe que culminou na ditadura civil-militar.

O primeiro se trata de uma breve introdução conceitual acerca da “questão social” e salienta para o enlace de suas expressões com o desenvolvimento do capitalismo. Nesse sentido destacamos a concepção conceitual adotada nesse trabalho, tendo por referencial teórico autores da tradição marxista no Serviço Social, Netto (2009) e Yamamoto (2008).

O segundo vai abordar de forma mais precisa o desenvolvimento econômico e as lutas sociais, nos diversos governos que se estabeleceram no período antecedente a ditadura civil-militar, a partir da década de 1950. Se atendo para as particularidades que conformaram a relação de dependência da burguesia brasileira em função do capital externo e seus reflexos no campo das lutas entre as classes sociais. Para essa análise tomamos por referência análise de autores tradicionais da formação brasileira, Marini (2014) e Fernandes (1975) como base para discussão pretendida. Pela natureza metodológica desse trabalho, não se procurou ressaltar as divergências, teóricas, conceituais e políticas entre esses autores, mas sim a contribuição de suas análises para tecer a reflexão pretendida.

1.1 - Breve introdução acerca da concepção de “*questão social*”

A “questão social”² como expressão e concepção está longe de ser empregada e atribuída a uma única concepção semântica e teórica. Esta abarca uma diversidade, que se estabelece a partir dos diferentes marcos referenciais em que pode ser adotada, conforme afirma Netto (2009). A existência de suas expressões nos diversos contextos do capitalismo mundial se faz visível e pode se dizer que independente da abordagem ideopolítica adotada, dificilmente esta é negada. Porém quanto às explicações de sua gênese

² A escrita em aspas do termo “questão social” se dá neste trabalho devido à concepção teórica e política adotada a partir do referencial da teoria social marxista. Dessa forma procura-se ressaltar a diferenciação da concepção de sua origem conservadora.

e as formas de enfrentamento direcionadas a ela, essa se torna diversa quanto às abordagens feitas pelos diferentes segmentos da teoria social, segundo Santos (2012).

No que se refere à tradição da teoria social marxista, a concepção dessa categoria incorpora um caráter de classe específico que está no âmbito das relações sociais da sociabilidade capitalista. Sob essa ótica pode se dizer que:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo o seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora [...] com um novo tipo de enfrentamento da questão social (IAMAMOTO, 2008, p.165)

Desse fato pode-se entender que a “questão social” não se expressa de forma única, e que nos diferentes cenários sócio-políticos da sociedade capitalista suas expressões são múltiplas. Isso nos levar a compreender que a particularidade de cada um desses cenários vai ditar as formas como se estabelecerão as relações entre capital e trabalho (SANTOS, 2012). Nesse sentido, não implica dizer que a diversidade de expressão gera novas questões sociais, como defenderam os franceses Rosavallon e Castel, Designando a essa um novo estatuto centrado no indivíduo, que negava a problematização histórica das relações sociais entre classes que se deu no contexto a ascensão do capitalismo monopolista na Europa Ocidental na segunda metade do século XIX, por parte de setores da classe trabalhadora. (IAMAMOTO, 2008).

Antecedente a esse processo, a expressão “questão social” foi empregada de forma inicial na primeira metade do século XIX. Utilizada por diversos críticos sociais, que se colocavam sob os diferentes espectros políticos. Essa surge inicialmente, segundo Netto (2009), para trazer explicações ao fenômeno social do *pauperismo*³, que se ascende no estágio industrial-concorrencial do capitalismo no contexto da Europa Ocidental do século XVIII. Enfim, foi no contexto da primeira metade do século XIX “a partir de uma reversão da ordem burguesa em que o pauperismo designou-se como “questão social” (NETTO, 2009 p. 154) tendo em vista os desdobramentos sociais, que levaram a classe trabalhadora a problematização de sua condição pauperizada.

³“Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2009, p.153). A de se salientar que o surgimento histórico desse fenômeno social do pauperismo está estritamente vinculado a lógica de acumulação capitalista evidenciada em *O capital* por Marx. A forma estrutural dada pobreza surge da necessidade de promoção do desenvolvimento capitalista, assim sendo pobreza socialmente produzida.

Conforme se acentuava a precarização novos contornos eram dados no campo social e passavam a surgir de forma inicial movimentos de combate às condições estabelecidas. Porém, esses eram incipientes no sentido de uma conscientização política de classe, somente na segunda metade do século XIX, mais especificamente em junho de 1848, essas lutas e organizações manifestaram a “questão social” a partir da mudança na consciência de classe *em si* para a consciência *para si*. A classe trabalhadora passa a se reconhecer nos ditames das relações de produção e reprodução no âmbito do capitalismo e passa a problematizar os aspectos da vida social ditados pela ordem do capital e enfim assume seu lugar no cenário político das lutas sociais.

Ao passo que nesse contexto o termo “questão social” passava a ser incorporado no vocabulário conservador-burguês. Nesse sentido, a “questão social” estava posta na ordem do enfrentamento dos ditos “problemas sociais”, atribuídos às massas trabalhadoras pauperizadas, que passa a ser culpabilizada por sua moral desviante dos interesses burgueses, seja por suas condições de vida precária ou por sua ascensão no cenário político. A burguesia, mais precisamente em seus diversos setores se reinventa para manter seu *status quo* frente às novas determinações postas nas relações entre classes.

Assim, pode-se dizer que a “questão social”, a partir de uma concepção que visa destacar o antagonismo entre burguesia e proletariado, nasce a partir do desenvolvimento do capitalismo e ao longo da história assume diferentes dinâmicas nos diversos contextos do desenvolvimento capitalista nas realidades mundiais e nacionais. Suas expressões a partir de uma Lei comum terão suas particularidades nos diferentes contextos e realidades da sociabilidade do capital em torno do mundo.

A análise marxiana da “lei geral da acumulação capitalista”, contida no vigésimo terceiro capítulo do livro publicado em 1867, revela a anatomia da “questão social”, sua complexidade, seu caráter de *corolário (necessário)* do desenvolvimento capitalista *em todos os seus estágios*. O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – *diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”*; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são *indissociáveis* da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não suprime a primeira conservando a segunda. (NETTO, 2009, p.157).

Portanto, a partir da compreensão desse enlace dinâmico entre a “questão social” e o desenvolvimento capitalista e de uma concepção centrada na teoria social marxista, entraremos na discussão das particularidades das expressões da “questão social” na formação social brasileira, mais precisamente no cenário sócio-histórico da década de

1950 até o esgotamento da ditadura civil-militar no país. Tendo em vista os processos do desenvolvimento capitalista na realidade nacional e as suas consequências nas lutas sociais durante esse período de irrupção e consolidação da autocracia burguesa.

1.2 – Desenvolvimento econômico e lutas de classes de 1950 até o pré-64.

Antes de entrar no quadro mais específico do desenvolvimento econômico na realidade brasileira da década de 1950 e do início da década de 1960 e as suas consequências nos ditames da luta entre classes, salientamos o contexto estrutural do desenvolvimento do capitalismo mundial no pós-segunda guerra mundial. Especificamente em relação à dominação imperialista e seus desdobramentos sob os países da América Latina sob a égide do capitalismo monopolista e suas requisições para o desenvolvimento econômico dos países “periféricos”.

Com o fim da segunda guerra mundial, se colocaram novas requisições ao capitalismo em sua ascensão monopolista. As experiências revolucionárias de cunho socialista e seu sucesso em casos como o da revolução cubana trouxeram a necessidade, diante um mundo polarizado geopoliticamente, da expansão da dominação dos países capitalistas centrais sobre os países ditos “periféricos” (NETTO, 2008). Tendo em vista que no cenário mundial esses se colocavam como os últimos espaços propícios a expansão da acumulação e do desenvolvimento capitalista (MARINI, 2014).

Considerando esse contexto dos interesses norte-americanos em relação às economias dos países da América Latina, estes se voltaram para uma integração dos sistemas de produção, a fim de estabelecer uma relação de desenvolvimento integrado entre nação dominante e nação periférica. Conforme Marini (2014) duas determinações se colocam no campo desses interesses.

A primeira se refere a acumulação que se deu em ordem mundial, o que proporcionou abundância de capital a ser investido no esquema das grandes corporações, que viam as emergentes economias periféricas como espaço propício para sua expansão, acumulação e desenvolvimento por meio de seus investimentos nesses. A segunda determinação se coloca na ordem do desenvolvimento na produção de bens de capital nas nações centrais que com incremento tecnológico, viam a necessidade de expansão de mercado, direcionando a comercialização de sua produção aos países dependentes, especialmente os de capital obsoletos ainda não amortizados para as indústrias nacionais.

De forma sintética o sentido dessa dominação se deu em função do estabelecimento da lei geral da acumulação capitalista entre nações do centro dominantes e nações

periféricas dependentes. Onde os países ditos “subdesenvolvidos” passaram a ser um dos polos dinâmicos incorporados ao desenvolvimento do capitalismo monopolista na “periferia”.

A indirect rule não se configura como uma realidade histórica passageira: ela surge como uma condição estrutural permanente, que iria assumir feições históricas mutáveis de acordo com a evolução do capitalismo nas nações que exerceram algum tipo de dominação imperialista sobre a América Latina. (FERNANDES, 1975, p.222).

Assim, colocava-se a necessidade de consolidação de uma ordem de dependência na qual se proporcionava o desenrolar econômico visando os interesses cumulativos das potências centrais hegemônicas, ou seja, os países dependentes se colocavam num contexto mundial no qual para proporcionarem a mais valia central, precisavam se adequar de forma subalterna às exigências do capital externo dentro do processo de desenvolvimento do capitalismo internacional (MARINI, 2014).

Essa dinâmica imposta se dava pela sustentação do papel das burguesias nacionais e pelo aparato de um Estado regulador, que passava atuar sobre as pressões externas em favor do projeto de internacionalização do capital. Os governos “populistas” nos quais se designou um certo *bonapartismo* e os segmentos da burguesia industrial nacional que visavam um certo desenvolvimento econômico autônomo, tiveram suas intenções suprimidas frente ao estabelecimento da ordem imposta pelo capitalismo monopolista. Ao serem deixadas essas tendências nacionais verificou-se “a queda dos regimes liberais democráticos que haviam se acendido no pós-segunda guerra mundial e abre o campo para a implantação das ditaduras tecnocráticas-militares” (MARINI, 1985 p. 46).

Há de se destacar que diferente dos moldes das revoluções burguesas nos países centrais, o desenvolvimento do capitalismo nos países periféricos se deu de forma muito mais abrupta e selvagem, sendo desvinculado desses processos qualquer ensejo que conciliasse o capitalismo e a democratização (FERNANDES, 1975). Os diversos movimentos em função da libertação nacional e social foram recrudescidos em função do estabelecimento de uma ordem social que assegurava a máxima segurança para o desenvolvimento (NETTO, 2008).

“O desenvolvimento capitalista integrado acrescenta, pois o divórcio entre a burguesia e as massas populares, intensificando a sobre-exploração a que essas estão submetidas e negando-lhes o que representa a sua reivindicação mais elementar- o direito ao trabalho” (MARINI, 1985, p.46).

Portanto cabe ressaltar que o processo de ascensão do capitalismo monopolista na América Latina foi marcado por uma série de rupturas e aprofundamentos. Quanto às rupturas essas se colocaram no sentido do surgimento de iniciativas e movimentos que visavam um projeto de nação autônomo econômica e socialmente. O advento do desenvolvimento econômico deu condições para a abertura de novos espaços de discussão de projetos de sociabilidade alternativos a ordem monopolista (FERNANDES, 1975), porém esses e qualquer iniciativa que representou riscos para o esquema de acumulação norte americano foram suprimidos com ascensão dos regimes autocráticos burgueses, dando continuidade aos padrões heteronômicos de dominação, sob novos aspectos.

Quanto aos aprofundamentos, destaca-se a *superexploração*⁴ da classe trabalhadora. Conforme Marini (2014) o subsídio da mais-valia dos países centrais vai resultar dessa intensificação da exploração sob a força de trabalho. Um novo patamar passa a se impor nas relações de produção e as burguesias nacionais sob a lógica de seus governos autocráticos, acham no aparelho estatal o aparato necessário para o desejado desenvolvimento seguro do capital. Desta forma a “questão social” na América Latina tem por uma de suas expressões a *superexploração* do trabalho. Sendo que uma das características principal do processo de industrialização na América Latina, sob a ótica da “questão social” foi intensificar a exploração sobre as massas trabalhadoras da cidade e do campo.

Por fim o mais evidente aprofundamento se refere a essa relação de dependência que conformou o desenvolvimento capitalista na América latina. Os regimes ditatoriais que se estabeleceram foram carregados de um caráter subalterno, no qual nas diversas realidades nacionais se evidenciava o controle externo induzido de fora para dentro.

Toda essa dinâmica do desenvolvimento capitalista no contexto mundial e latino americano englobou a realidade socioeconômica brasileira. Ao passo que em sua totalidade o quadro desses processos teve seus desdobramentos no que se refere a particularidade da “questão social brasileira” e nas correlações de forças que se deram até a instauração do golpe militar nos diversos setores da sociedade. Seja essa nas disputas de interesses intra-burguesia nacional, entre os projetos para o desenvolvimento nacional autônomo e de desenvolvimento integrado, entre burguesia e proletariado e os diversos agentes políticos que teceram a realidade das lutas sociais.

⁴ “A superexploração do trabalho constitui, portanto, o princípio fundamental da economia subdesenvolvida, com tudo que isso implica em matéria de baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial” (MARINI, 2014, p.52)

Conforme Fernandes (1975) a ascensão⁵ do capitalismo monopolista⁶ no contexto brasileiro se dá a partir da década de 1950 e a sua consolidação foi concomitante ao regime ditatorial, estabelecido com o golpe militar em abril de 1963. Esse período da década de 1950 até o pré-golpe foi marcado por uma série de mudanças nos campos econômico, social e político, que trouxeram novas conformações às expressões da “questão social” nessa realidade.

Na primeira metade da década de 1950, processos como o crescimento dos grandes centros, a consolidação da burguesia nacional industrial, as investidas imperialistas norte-americanas, a crescente *superexploração* do trabalho, entre outros, abriam espaço para o acirramento das lutas sociais. Ao passo que as requisições antecedentes para o desenvolvimento econômico dependente brasileiro levaram a processos que possibilitaram uma ascensão política da classe trabalhadora tanto no campo como nos grandes centros, sendo manifestos novos movimentos de luta contrários aos diversos interesses burgueses (FERNANDES,1975).

Para Marini (2014) essas requisições significaram a necessidade de uma ruptura de complementaridade quanto ao desenvolvimento econômico do país, entre capital industrial e agricultura, que teve seu ápice na crise de 1953. O alcance do setor agrário-exportador diminuía pela baixa das exportações, a crescente concorrência no pós-guerra e as preferências de comercialização dos exportadores dos produtos brasileiros com outras nações.

Esse movimento culminou num massivo êxodo rural, provocando o inchaço populacional dos grandes centros urbanos e por outro lado abria a demanda por abastecimento de matérias-primas e insumos básicos, que este setor agrário naquela realidade não conseguia suprir, culminando na alta dos preços de produtos alimentícios. Nesse sentido, a insatisfação e más condições de vida tanto no campo quanto na cidade, proporcionaram o surgimento de movimentos e organizações de trabalhadores. Novas pautas reivindicativas colocam em questão de forma inicial a necessidade de uma reforma agrária em função das elites latifundiárias se viam pressionadas devido a sua insuficiência

⁵ O desenvolvimento capitalista na sociedade brasileira se deu em três fases:[...]”a) eclosão de um mercado capitalista especificamente moderno; b) fase de formação e expansão do capitalismo competitivo; c) fase de irrupção do capitalismo monopolista”(FERNANDES, 1975, P.224) conforme o autor nessas três fases o desenvolvimento capitalista significou coisas distintas, ” em nenhuma delas tivemos um desenvolvimento capitalista característico das Nações tidas como *centrais e hegemônicas* “ (idem,p.223).

⁶ “ Se caracteriza pela reorganização do mercado e do sistema de produção, através das operações comerciais, financeiras e industriais da “grande corporação” (predominantemente estrangeira, mas também estatal ou mista” (FERNANDES, 1975, p.225)

produtiva, tanto pelos trabalhadores do campo e pela burguesia industrial, que requisitava uma nova organização do setor em função do novo esquema de produção estabelecido (FERNANDES, 1975).

Esse processo significou um momentâneo declínio das oligarquias agrárias brasileiras no que se refere ao seu protagonismo nas atividades econômicas e políticas do país. Enfim, a burguesia industrial nacional⁷ surgiu como expoente do desenvolvimento econômico brasileiro e pelos entraves impostos ao desenvolvimento tão pretendido se distanciou das elites agrárias e se aliou de forma mais precisa ao capital externo. Sendo assim, a conformação da burguesia e sua consolidação no cenário brasileiro no seio do capitalismo monopolista se deu sob uma lógica de “ruptura” e dependência.

Contudo, esse distanciamento com as oligarquias agrárias não implicou em dizer que ele foi tipificado pelo abandono dos preceitos que caracterizavam as antigas formas de dominação das elites brasileiras. Pelo contrário, segundo Fernandes (1975) eles deram os moldes para a ascensão da revolução burguesa no Brasil, sob a lógica de um desenvolvimento capitalista dependente. As práticas autocráticas e *mandonistas* no seio da elite brasileira foi o campo fértil para a supressão de todo projeto que se direcionava em função de um pretenso desenvolvimento nacional autônomo.

A dinâmica desse processo e a ascensão da burguesia industrial brasileira⁸ não foi pautada na autonomia da burguesia nacional, mas resultou da convergência dos interesses externos em promover o desenvolvimento econômico. Isso implicava na incorporação de uma nova ordem na qual “a economia brasileira já não concorre, apenas, para intensificar o crescimento do capitalismo monopolista no exterior: ela se incorpora a este crescimento, aparecendo, daí em diante, como um dos seus polos dinâmicos da periferia” (FERNANDES, 1975, p.255). Nesse contexto a irrupção do capitalismo monopolista no

⁷ “A burguesia atinge sua maturidade, e ao mesmo tempo, sua plenitude de poder, sob a irrupção do capitalismo monopolista, mantidas e agravadas as demais condições, que tornaram a sociedade brasileira potencialmente explosiva, com o recrudescimento inevitável da dominação externa, da desigualdade social e do subdesenvolvimento. Em consequência o caráter autocrático e opressivo de dominação apurou-se e intensificou-se.” (FERNANDES, 1975, p.220).

⁸ Aqui cabe destacar a distinção dos setores da burguesia brasileira para Marini (2014) essa se dividia entre a grande burguesia, a burguesia industrial que se voltava as requisições do capital estrangeiro e procurava a associação a esse na realidade nacional, e a burguesia nacional, que representava a média e pequena burguesia que defendia o desenvolvimento econômico com base no nacionalismo e no ideal de políticas reformistas e protecionistas, ao passo que o incremento do capital externo representava a essa o abafamento das condições de acumulação devido a competição desigual ao incremento de novas tecnologias nas grandes indústrias. A realidade nacional antecedente a ditadura civil-militar vai ser o palco dos conflitos entre esses setores da burguesia brasileira, que direcionaram numa correlação de forças as práticas governamentais ao longo de período, até a consolidação do capitalismo com ditadura civil-militar e a sua junção para fazer oposição as pressões operárias e populares em 1964.

Brasil teve como um de seus principais aportes, o interesse dos países centrais de alocarem seus investimentos por meio do esquema da instalação das grandes corporações no Brasil e da disposição da iniciativa privada interna e do Estado darem as possibilidades aliados o terreno propício para que essas pudessem se desenvolver no território nacional.

Nesse contexto, destaca-se que Getúlio Vargas⁹ ascendeu à presidência do país em 1950 num quadro de aprofundamento das crises sociais vinculadas a insuficiência salarial, desemprego e precarização da vida social, que proporcionaram o distanciamento das massas trabalhadoras das antigas elites. Essas massas se aproximaram de setores da burguesia nacional que visavam a ampla expansão econômica e o desenvolvimento econômico nacional (MARINI, 2014). Nesse sentido, os ideais nacionalistas pregados pelo governo e esses setores burgueses exerceram naquele contexto o controle sobre essas massas. Ao passo que o governo se direcionava a uma política trabalhista objetivando atrair o apoio do proletariado, tendo por ministro do trabalho João Goulart.

A política governamental de caráter nacionalista foi marcada pela implementação de programas que visavam reformas de base e a criação da estrutura necessária para proporcionar o crescimento da industrial nacional. Nesse sentido, se destacou o Plano SALTE (Saúde, alimentação, transporte e energia) direcionado ao desenvolvimento destas áreas entre os anos de 1949 e 1954 (MARINI, 2014). Quanto ao capital externo no início do Governo se estabeleceu a aproximação do governo norte-americano, que objetivava expandir os investimentos na economia brasileira por meio da criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos¹⁰, porém essa iniciativa não perdurou ao longo do Governo Vargas e o Governo norte americano negou o financiamento.

A tática era clara: tratava-se de impossibilitar o acesso da burguesia brasileira a recursos que lhe permitissem superar com relativa autonomia os pontos de estrangulamento surgidos no processo de industrialização e forçá-la a aceitar a participação direta dos capitais privados estadunidenses, que realizavam como destacamos, uma investida sobre o Brasil. (MARINI, 2014, p.145).

Com apoio limitado externo e sob a ótica de uma política nacionalista, o governo estabeleceu políticas protetivas ao capital interno limitando as facilidades ao capital externo na extração de suas remessas de lucros. E afim de fortalecer a indústria interna criou organismos governamentais como a fundação do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e estabeleceu planos e programas promovendo o

⁹ Essa se refere ao terceiro mandato presidencial de Getúlio Vargas de 1949 à 1953.

¹⁰ “Em 1950 é criada a comissão Mista Brasil - Estados Unidos, tendo sido aprovado por ambos governos um financiamento público estadunidense da ordem de 500 milhões de dólares, para os projetos destinados a superar os pontos de estrangulamento nos setores de bens e infraestrutura.” (MARINI, 2014, p.144).

desenvolvimento de setores de base para a economia, assim como, criou monopólios estatais em setores estratégicos¹¹.

Todas essas iniciativas inquietaram os setores dominantes da sociedade, que de certo modo viam nessa possibilidade de reformas e nas políticas adotadas uma direção que colocava em cheque seus interesses juntos ao capital externo. As propostas e implementações acirravam a tensão, ao passo que Vargas se aproximava de agentes políticos no contexto latino americano que se distanciavam em seus pressupostos do tipo de dominação estabelecida pelas elites brasileiras. Daí surgiu o primeiro quadro de pressões em torno do Governo Vargas (MARINI, 2014). A resposta a essas pressões culminou em uma ação governamental que visava assegurar uma certa estabilidade e controle tanto do acirramento das lutas sociais, com a lei de Segurança Nacional, e do cenário econômico e político, por via da reforma cambial de 1953.

A reforma foi colocada em função de equilibrar os déficits na balança comercial brasileira com os agentes externos, a iniciativa tinha por finalidade o aumento do peso relativo das exportações frente às importações. Porém, conforme Marini (2014), essa iniciativa de forma inicial conseguiu equilibrar os déficits brasileiros, mas esbarrou no aprofundamento da crise das exportações no setor agrário, mais precisamente devido às baixas no preço mundial do café. Esse fato levou em 1954 o retorno a crise cambial.

Dentro desse processo no campo do acirramento das tensões políticas, a inflação crescente e a insuficiência salarial levaram as massas trabalhadoras a insatisfação, devido ao aprofundamento da precarização das condições de vida. Tal fato acabou por culminar em movimentos de organização da classe trabalhadora, com pautas reivindicativas bem definidas por via das diversas categorias profissionais. Uma série de greves e paralisações eclodiram nos anos de 1953 e 1954. Diante desse fato o governo Vargas se viu pressionado também por aqueles setores em que antes buscou apoio, por meio de políticas populistas, para sua consolidação. Ao passo que agentes políticos como Carlos Lacerda, alguns setores do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e as insatisfações de setores das elites dominantes também pressionavam o Governo para respostas mais

¹¹“ Refletindo essa correlação de forças, Gétulio Vargas não tarda em se definir por uma política progressista e nacionalista, da qual foram frutos: a criação, em 1952, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico; a decisão de concretizar o Plano SALTE(programação dos investimentos públicos nos setores de saúde, alimentação, transporte e energia); o Plano Rodoviário Nacional; o Fundo Nacional de Eletrificação; a renovação de equipamento da marinha mercante e do sistema portuário; o monopólio estatal da marinha mercante e do sistema portuário; o monopólio estatal do petróleo (Petrobras) e o projeto de monopólio estatal de energia elétrica (Eletrobrás).” (MARINI, 2014, p.76).

efetivas à crise e até viam na deposição desse a solução efetiva para os problemas nacionais (MARINI, 2014).

De um lado, o governo se via pressionado devido a sua vinculação ao capital externo, sendo que a integração para setores da sociedade era posta como a essência da crise econômica que assolava o país. Do outro era pressionado pela burguesia industrial pela sua incapacidade de promover a atração dos investimentos externos, assim não propiciando as condições necessárias para o desenvolvimento aliado ao capital estrangeiro.

Diante desse quadro de aprofundamento da crise cambial, das pressões advindas das correlações de forças entre setores da burguesia nacional que culminou na cisão da complementaridade existente entre burguesia industrial e elites agrárias, assim como a agudização das lutas da classe trabalhadora, se estabeleceu o fim do governo de Vargas no Brasil. O presidente da república se suicida e o Governo fica a mando de Café Filho, que entra no poder a fim de garantir novas eleições.

Quanto a esse quadro de correlações de forças existente nesse período inicial de irrupção do capitalismo monopolista Fernandes (1975) vai identificar que as pressões não tangiam apenas ao Governo. Essas também, ao longo do processo que culminou na consolidação desse modelo de produção integrado, incidiram sob a burguesia nacional. Segundo o autor essa se separava em dois grupos: o das pressões externas e o das pressões internas. “A pressão externa de fora para dentro, nascida nas estruturas e no dinamismo do capitalismo monopolista mundial” (FERNANDES, 1975, p.215) se caracterizava pela imposição do capital externo das condições necessárias para que se promovesse o desenvolvimento integrado do capital com segurança.

Aqui aplicava a necessidade de proporcionar uma revolução da burguesia nacional dentro a ordem, mas distante dos padrões democráticos das revoluções burguesas dos países centrais. Ao passo que todo esse ideário de crescimento ameaçava alguns setores da burguesia interna quanto a sua base de produção, como já destacado o caso das oligarquias agrárias, que viam na irrupção monopolista um certo antagonismo para desenvolver suas atividades econômicas.

As pressões internas se colocavam distintas. Uma procedente do proletariado e das massas populares, que expunha a burguesia ao perigo do *estabishment* de um novo pacto social e a outra precedia das intervenções do Estado na economia. “Essa intervenção nasceu e cresceu da própria continuidade do sistema, nas condições de um capitalismo

dependente e subdesenvolvido. Todavia, ela atingiu tal peso relativo, que atemorizou a iniciativa privada interna e externa.” (FERNANDES, 1977, p. 217).

Nesse quadro geral do desenvolvimento do capitalismo monopolista na realidade brasileira, as lutas das classes sociais, assim como da classe trabalhadora refletirão a partir das dinâmicas estabelecidas pelo padrão de sociabilidade estabelecido sob a lógica dependente do capitalismo nacional, seu caráter específico. Desse modo de forma mais geral pode se dizer que as transformações no padrão de acumulação capitalista sob a égide do capitalismo monopolista deram novas condições para a dinâmica do antagonismo entre as classes sociais, ao passo que;

Ao consolidar e ao dar novos rumos à industrialização, o novo padrão de desenvolvimento capitalista se associa, queira ou não a burguesia, à multiplicação e ao fortalecimento das condições favoráveis aos movimentos operários e a disseminação do conflito de classes segundo interesses especificamente operários. (FERNANDES, 1975, p. 279)

Tais condições e mudanças advindas do crescimento econômico imprimiram uma nova dinâmica, que levaram no quadro geral o estabelecimento de novos meios de consciência da classe e de sua organização em torno de uma solidariedade comum no cenário nacional em função de suas lutas. A base do trabalho assalariado e as melhorias nas condições de vida advindas dessa nova estrutura produtiva, fizeram com que a classe trabalhadora ganhasse o seu espaço no cenário político-econômico nacional deixando de ser um agente exclusivamente passivo aos interesses burgueses, e essa passou atuar no sentido de pressionar o desenvolvimento econômico em função de suas requisições (FERNANDES, 1975).

Diante a isso a “questão social” ganha uma nova forma de se expressar na realidade nacional, ao passo que o desenvolvimento econômico propiciou o campo para o desenvolvimento da consciência de classe das produtivas e a emancipação política de segmentos representativos da classe trabalhadora. Nesse sentido “o incremento da participação econômica servirá de base a maior participação social, cultural “ (Fernandes, 1975, p.282).

Nesse processo vemos a figura de uma burguesia nacional que ascendia num processo de correlações de forças, no qual as suas requisições para se desenvolver esbarravam em pressões advindas das demandas do capital externo e do acirramento da “questão social internamente” frente ao movimento de ascensão na década de 1950 e no início da década de 1960 de setores da classe trabalhadora no que se refere a sua organização no campo das lutas sociais. Portanto cabe destacar os avanços das lutas dos

trabalhadores do campo na busca por reformas no setor e da consolidação e legitimação dos direitos trabalhistas no campo, que ficaram marcadas pelo surgimento das ligas camponesas, sendo a pioneira a do Engenho da Galileia que surgiu em 1955, localizada no nordeste brasileiro conforme Antunes (2011), os reflexos dessas lutas espalharam para os grandes centros onde organizações partidárias como o PCB e organizações sindicais ganhavam forças e adeptos para as suas lutas, acirrando o antagonismo de classes e a disputa de projetos sociais.

Após o suicídio de Vargas, Café Filho assumiu a presidência da república se aliando de forma mais profunda ao império norte-americano. As políticas nacionalistas do governo anterior foram deixadas de lado e a solução para a atenuação da crise se coloca com a facilitação da entrada de investimentos externos na economia brasileira. A esse fato implicava uma ruptura com o nacionalismo do Governo Vargas em função do domínio da burguesia nacional em seus interesses privatistas para o desenvolvimento monopolista.

Por essa via, a burguesia industrial tomava uma posição frente à crise que surgira no setor externo. Agoniada pela escassez de divisas, que ameaçava colapsar todo sistema industrial, a burguesia aceitava que as divisas necessárias para a superação dessa crise fossem fornecidas pelos grupos estrangeiros, concedendo-lhes, em troca, uma ampla liberdade de entrada e de ação e renunciando, portanto, à política nacionalista que havia sido esboçada em Vargas. (MARINI, 2014, p.81).

O marco mais substancial da intervenção estatal, no período do Governo Café Filho, em função do desenvolvimento econômico se referiu à normatização da Instrução 113¹² da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC). As pressões advindas do capital externo forçaram a burguesia nacional em conjunto com o Estado a assumirem uma nova direção no que concerne à política econômica nacional, sendo assim, aprofundada a dependência brasileira frente ao império norte-americano. Um novo patamar se colocou e conseqüente estabeleceu o fundamento primordial para a política desenvolvimentista do Governo de Juscelino Kubitschek.

Ao caracterizar esse processo de transição do desenvolvimento econômico brasileiro mais especificamente quanto ao seu significado histórico-sociológico Fernandes (1975), vai evidenciar que a burguesia brasileira não conseguia levar a cabo a tão pretendida industrialização, seja por seu papel na ordem mundial do capitalismo como economia subdesenvolvida e seu tardio desenvolvimento econômico a nível histórico se

¹² “Facilitava excepcionalmente a entrada de capitais estrangeiros, na medida em que permitia que as máquinas e os equipamentos introduzidos no país por empresas estrangeiras não tivessem cobertura cambial, exigência que era mantida para empresas nacionais.” (Marini, 2014 p. 80)

comparado aos países centrais ou pela estrutura incipiente as novas práticas econômicas no contexto mundial. Nesse sentido, foi necessário a tomada de uma decisão externa e interna para que se desse de forma gradual essa transição esta requeria:

Alterações tão profundas dos mecanismos de mercado, na organização do mercado financeiro e de capitais, nas dimensões da produção industrial, e medidas correlatas tão complexas (e, ao mesmo tempo, tão nocivas vários grupos e classe sociais, inclusive empresariais), referentes à política econômica e à aplicação de incentivos que privilegiam as economias industriais de escala e a exportação, que ela se torna impraticável sem um apoio interno decidido e decisivo, fundado na base de poder real das classe possuidoras, dos estratos empresariais mais influentes e do Estado.(FERNANDES, 1975, p.258).

A decisão externa de alocação de recursos dos países centrais na economia brasileira por via das grandes corporações, afim de adequá-la como um polo de desenvolvimento requeria uma série de alterações. E vemos um movimento mais preciso em direção a essas alterações na segunda metade da década de 1950, ao passo que a decisão interna de assumir esse papel de dependente na divisão internacional do capital, se colocou como única solução para as crises e ganhou maior estatuto nas políticas estabelecidas pelos governos desse período. Ao passo que a burguesia nacional (escrever em minúsculo) adquiriu cada vez mais força nas decisões tomadas pelo Estado.

Fernandes (1975) destaca que alternativas diferentes para o desenvolvimento econômico existiam fora dos padrões do capitalismo monopolista, mas nunca foram consideradas como vias para a burguesia ultraconservadora brasileira. O Estado passou a atuar nesse sentido como a “espinha dorsal da adaptação dos espaços econômico e político interno aos requisitos estruturais e dinâmicos do capitalismo monopolista” (Fernandes, 1975, p. 261). E sendo controlado pelos interesses advindos do esquema da associação entre capital externo e interno passou a atender a essas alterações requisitadas pelo capital internacional.

De forma mais precisa na segunda metade da década de 1950 se verificou um direcionamento dos agentes governamentais nesse sentido. A aliança com o capital externo se colocou no contexto da crise de 1953 como a saída mais eficiente. Com a ascensão de Juscelino Kubitschek à presidência da república, o aprofundamento de uma política nacional desenvolvimentista voltada para a atração de investimentos externos se tornou o principal expoente governamental. Ao passo que “ as condições especiais da economia estadunidense, mais que nunca necessitada de novos campos de investimento” levaram a efetivação, inicialmente nesse contexto, de um acordo firmado para o desenvolvimento integrado da nação.

As medidas de facilidade ao incremento de capital estrangeiro na economia nacional, expressas na instrução 113 do Governo Café Filho se mantiveram no governo de JK e inicialmente foram efetivas com relação a associação do financiamento estrangeiro por meio da associação da indústria nacional no esquema das grandes corporações multinacionais e da aplicação de JK de seu “arrojado” Plano de Metas¹³. Conforme Marini (2014) a entrada expressiva desse financiamento trouxe uma resposta às crises que anteriormente se instalaram no país, trazendo uma momentânea trégua aos conflitos sociais que contribuíram para o fim do Governo de Vargas.

A entrada de divisas permitiu que as tensões entre a burguesia industrial e o setor agrário exportador diminuíssem e sustentou de maneira precisa a política de valorização do café por meio do aparato estatal. Ao passo que essa entrada permitiu a pretensa modernização urbana prevista no plano de metas, onde o principal expoente de realização de JK residiu no investimento em obras públicas, sendo seu apogeu a construção da capital da república, Brasília (MARINI, 2014).

Porém, a estrutura agrária se mantinha organizada da mesma forma, insuficiente em sua produção com relação ao mercado interno e ao fim do governo no início da década de 1960, o quadro de conflitos entre os setores dominantes se agravou novamente. As remessas de lucros do exterior eram insuficientes com as previsões dos agentes externos, o que levou a queda da remuneração e da entrada de divisas no país. A inflação dificultou as importações necessárias e conforme Marini (2014) trouxe um estrangulamento ao mercado brasileiro. Ao fim desses processos se encerrou o mandato de JK, e de forma mais violenta uma nova crise nacional se estabeleceu, dando continuidade a um quadro de tensões e conflitos que se perpetuaria até o início do golpe militar.

Diante ao contexto de crise, surgiu no cenário da política nacional a figura controversa de Jânio Quadros. Com propostas que se adequavam aos interesses das massas, sob o fundamento do apoio popular, Quadros foi eleito a presidência da república em 1961. Obteve “enorme penetração popular graças às questões da estabilidade monetária, das reformas estruturais e da política externa independente, nas quais centrou sua campanha eleitoral.” (MARINI, 2014, p. 91).

Contrário a qualquer forma de organização política, Quadros foi contraditório com relação a sua política econômica e política externa, ao passo que essas não coadunavam

¹³ “Ainda que contasse com facilidades tarifárias e estímulos fiscais à iniciativa privada, o plano, se respaldava, principalmente, no investimento público em setores básicos e na entrada de capital estrangeiro” (MARINI, 2014, p. 83)

na mesma direção. Do ponto de vista da política econômica, foi estabelecido um novo modelo de organização cambial, com base no liberalismo no qual se estabeleceu um duplo objetivo.

Desafogar o setor externo- abrindo perspectivas para superara a grave crise vivenciada pelo mesmo ampliando simultaneamente os recursos do Estado para atender aos compromissos da dívida externa- e permitir, através de um maior liberalismo econômico, que a economia interna marchasse para uma racionalização, isto é, que setores considerados antieconômicos ou ainda incapazes de enfrentar a concorrência fossem eliminados. (MARINI, 2014, P.92)

Para o autor o alívio do setor externo se deu em duas direções ao passo que o governo negociava as antigas dívidas junto ao capital externo, em função de atrair novos investimentos junto aos norte-americanos. Também se direcionava para outros agentes internacionais que viabilizassem novas fontes de injeção de capital estrangeiro no país e que proporcionassem novos mercados capazes de absorverem as exportações de produtos brasileiros (MARINI, 2014).

Cabe ressaltar quanto a essa política a pretensão de reformas de base, que implicou na abertura de incentivo e crédito para pequenos e médios produtores rurais. Fato que culminou na insatisfação das elites agrárias frente às políticas estabelecidas pelo novo governo. Assim como de setores da média e pequena burguesia que diante a nova política cambial via os privilégios para o desenvolvimento de sua atividade suprimidos.

A contradição quanto a política externa residiu no fato das propositivas alianças feitas para desafogar o mercado brasileiro. De forma que Jânio se aproximou da União Soviética, Cuba e China e nessa direção propôs a criação de um bloco internacional latino-americano a fim de dar relativa autonomia ao desenvolvimento dos países latinos frente ao capital internacional.

Cabe aqui destacar que a supressão às lutas da classe trabalhadora foi marcada por ofensivas no campo da opressão e coerção social e tal fato levou o governo a perder bases de sustentação política. Ao passo que as reivindicações dos sindicatos, dos movimentos dos trabalhadores do campo, do movimento estudantil se frente a intensificação da precarização das condições de vida e da *superexploração* do trabalho, às reformas tributária e cambial, assim como, a o arrocho salarial contidos nas políticas governamentais agravavam as condições de vida da classe trabalhadora.

Todas as controvérsias quanto às políticas implementadas culminaram em uma crise de governabilidade, onde o governo passou a ser pressionado de todos os lados. A

base de apoio das massas se esvaia devido ao arrocho salarial e a política cambial que elevava os custos de vida da classe trabalhadora.

A falta de apoio dos militares para aplicação da coerção social frente às organizações reivindicativas dos trabalhadores, que eram rechaçadas pelo governo, agravava a situação. E por fim uma política externa que ameaçava os interesses do imperialismo norte-americano, em conjunto com as ameaças promovidas pelas políticas reformistas em setores de base e no setor econômico a certas classes dominantes da sociedade. Assim, com a pressão tanto dos comunistas como da extrema direita liderada por Carlos Lacerda, todos esses fatores levaram ao quadro de instabilidade nacional, no qual Jânio prevendo o acirramento político e social, renunciou à presidência em 1962 (MARINI, 2014).

Frente a esse quadro os militares promoveram uma campanha para colocar o país sob sua tutela, mas essa se tornou fracassada devido à resistência feita por Leonel Brizola. Diante ao quadro de instabilidade e da renúncia, João Goulart assumiu o poder mesmo com a oposição de diversos setores das classes dominantes que viam na nova figura presidencial uma ameaça aos interesses e ao padrão de acumulação que vinha se estabelecendo no país desde o início da década de 1950. Sob a égide do apoio das organizações sindicais e das massas trabalhadoras, o primeiro passo no poder de Jango foi uma ofensiva campanha para retomada do presidencialismo no país, ao passo que os partidos que estabeleciam a hegemonia do poder parlamentarista, ameaçariam sua efetivação devido a ameaça que as reformas propostas por Jango poderiam apresentar aos segmentos da extrema direita representados nesses partidos.

Em uma fase de certo imobilismo e estagnação do crescimento econômico nacional e de aprofundamento das lutas sociais o governo acreditava que essa iniciativa traria solução a crise estabelecida ao passo que proporcionaria maior autonomia aos planos que visavam uma transformação político-econômica da nação. Com apoio das massas trabalhadoras, Jango por meio da instauração de um plebiscito alcançou seu objetivo e a Constituição foi revista e o regime de governo passou ao presidencialismo.

Há de se destacar nesse período o avanço no que tange aos processos de organização da classe trabalhadora em função de seus interesses. A criação do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) em 1962 e o fortalecimento das estruturas sindicais vão ser aporte para o acirramento das tensões no campo social (MARINI, 2014). As organizações partidárias da esquerda vinham ganhando corpo e cabe aqui destacar o papel do PCB que teve importante atuação no apoio da organização de diversas frentes sindicais no período,

porém a perspectiva hegemônica de cunho reformista no partido levou ao distanciamento de grupos da esquerda mais radicais deste. Se verificou uma ampliação no leque das organizações da esquerda, surgiram algumas mais combativas e revolucionárias como a POLOP, outras ligadas a esquerda católica, a UNE (União Nacional dos Estudantes) e os diversos movimentos organizados da classe trabalhadora em suas pautas reivindicativas contrapostas ao imperialismo e direcionadas a evidenciar e combater a *superexploração* do trabalho. Se acirraram as tensões sociais frente às limitações que essas lutas colocavam ao desenvolvimento capitalista pretendido pela burguesia industrial (FERNANDES, 1975).

Quanto a esse quadro Marini (2014) vai ressaltar que a permanência de Jango no poder não se legitimava apenas pelo viés das massas trabalhadoras, a grande burguesia tinha esperanças que a proximidade do presidente com as organizações reivindicativas traria uma pretensa trégua às tensões que se davam no campo dos conflitos sociais. Dessa forma, o governo por meio de Jango seria o agente promotor do cooptação dos movimentos da classe trabalhadora, assim tendo o apoio e respaldo da burguesia para lidar com os principais gargalos ao desenvolvimento da economia nacional, a disposição do setor agrário e os problemas juntos ao setor externo no país. Nesse a pretensão era de “um governo da burguesia industrial respaldado pela classe operária.” (MARINI, 2014, p.98).

Em função de restabelecer o crescimento econômico e trazer instabilidade aos problemas monetários, Jango estabeleceu o Plano Trienal de Desenvolvimento (1963-65) que previa uma série de reformas estruturais. A estabilização do mercado interno, o aumento da produtividade que se objetivava por meio dessas reformas principalmente a reforma agrária. Também tinha por requisição a contenção dos movimentos reivindicativos dos trabalhadores e forçava o governo a tomar medidas impopulares em favor dos interesses da burguesia industrial. Esse Plano passa a fracassar diante as diversas frentes políticas que se colocaram contrárias às medidas de Jango.

A pretensa aliança entre proletariado e burguesia em função da estabilidade nacional não teve efetividade ao passo que o PCB se posicionou de forma contrária ao Plano Trienal, defendendo a impossibilidade de tal aliança. Nesse mesmo sentido setores dominantes se posicionavam contrários às reformas pretendidas e frente a ineficiência do Governo de trazer alento as tensões no campo social, passaram a se organizar em movimentos de ofensiva radical para a deposição do Governo, ao passo que a dominação burguesa identificava na pressão das massas populares seu inimigo principal e o

estabelecimento de uma nova consciência de classe que poderia colocar em cheque a ordem burguesa (FERNANDES, 1975).

A extrema direita se associou politicamente ao capital externo e passou a ser financiada por frentes e instituições políticas como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que apoiava agentes políticos que se direcionavam em função de seus interesses na vida política nacional. Frente à impossibilidade de aliança e o insucesso do Plano de Jango levaram as elites dominantes antes envoltas num campo de conflitos a se unirem em função de respostas efetivas as ameaças colocadas aos seus interesses (MARINI, 2014).

As tensões no campo social se acirravam e cada vez mais o governo se via cercado pelos crescentes movimentos reivindicatórios e de conflitos entre grupos populares. Os extratos da pequena e média burguesia se posicionavam contrários também a Jango e novas frentes defendendo as ideias conservadores se interpunham.

Frente a toda instabilidade com relação às massas populares e a extrema direita, e o abandono da burguesia nacional e industrial devido ao fracasso do Plano Trienal, Jango procurou apoio de forma mais contundente junto a esquerda nacional. Tal fato levou a cabo o seu Governo ao passo que os setores dominantes se aglutinaram frente a ameaça de um novo pacto social, tendo como marco dessa a união da esquerda evidente no Congresso Unitário dos Trabalhadores da América Latina em março de 1964 e a pactuação do Governo com os interesses da esquerda.

Por fim, a fração militar que apoiava Jango pressionou o Governo a desmobilização das organizações da esquerda nacional. Sem o apoio militar e frente ao imobilismo do PCB e de certas organizações da esquerda aliadas ao governo devido sua perspectiva reformista., sob a alegação de evitar um conflito maior no cenário nacional, Jango renunciou ao cargo de presidente da república e com o apoio e reconhecimento norte-americano os militares assumem a tutela do Estado Brasileiro em abril de 1964 (MARINI, 2014).

O Estado burguês entrou em crise, juntou com a crise econômica, devido às controvérsias entre setores burgueses, às pressões do imperialismo contra o populismo, o nacionalismo econômico, a politização dos trabalhadores, e, principalmente, devido ao ascenso político de operários e camponeses. Nesse contexto foi que se organizou o novo bloco de poder e golpe de Estado, a ditadura de cunho fascista, sob o mando da grande burguesia financeira e monopolista. (IANNI, 1981, p.195).

Quanto a esse processo se verifica que “os setores dominantes das classes alta e média se aglutinaram em torno de uma contra-revolução autodefensiva, através da qual a

forma e as funções da dominação burguesa se alteraram substancialmente” (FERNANDES, 1975, p. 217). E também o desfecho histórico dos processos que se davam em função do nacional desenvolvimentismo, a queda de Goulart e a aglutinação da burguesia nacional se evidenciava que;

Um capítulo na história econômica do Brasil se encerrou; e com ele, foi arquivado o ideal de uma revolução nacional democrático-burguesa. Outro capítulo se abriu, pelo qual o passado se repete no presente; mais uma vez, o privilegiamento do agente econômico, social e político principal serve de base a toda uma nova evolução. Só que agora, aceita a ideia e a prática da *revolução de cima para baixo* (que é como se legitima a revolução institucional), o sentido da dominação burguesa se desmarcara, deixando a nu sua natureza incoercivelmente autocrática, “contra quem” ela se faz e sua incapacidade de realizar os alvos históricos com que se identificara durante todo período republicano. (FERNANDES, 1975, p.220)

Quanto a esse processo de abandono da burguesia nacional dos ideais de políticas reformistas centradas no nacionalismo ele residiu no “fato de que a burguesia brasileira, finalmente, tenha aceitado o papel de sócio menor em sua aliança com os capitais estrangeiro e tenha decidido intensificar a capitalização” (MARINI, 2014, p. 108). Um novo rearranjo no qual a burguesia para assegurar a continuidade do desenvolvimento pretendido tinha por resposta ao fim da manutenção das liberdades políticas fundamentais, que ameaçavam as pretensões de sua pactuação com imperialismo, onde ” a resolução dos dilemas burgueses nesse contexto deslocaram-se para o campo da antidemocracia” (NETTO, 2008, P.26).

Ao passo que a dominação burguesa respaldada no regime militar se dava por meio do aparato da opressão e da coerção da classe trabalhadora, sendo o estado sob a tutelar militar o eixo aglutinador e unificador que buscava manter o consenso entre a coalização unificada dos setores dominantes da sociedade segundo (NETTO, 2008). Possibilitando a essa a proteção dos riscos imediatos de um novo pacto social centrado nos interesses da esquerda nacional. Tal fato lhe permitiu também ter acesso às condições necessárias para atender as requisições para os investimentos seguros e a associação do capital estrangeiro ao capital interno, por meio de estado de segurança alicerçado na opressão, coerção e perseguição política, sob a instauração da Doutrina da Segurança Nacional desenvolvida e fomentada pelos intelectuais da ESG (Escola Superior de Guerra) conforme (NETTO, 2014).

A burguesia ganhava, assim as condições mais vantajosas possíveis (em financeiro vista da situação interna) : 1) para estabelecer uma associação mais íntima com o capitalismo internacional; 2) para reprimir pela violência ou pela intimidação, qualquer ameaça operária ou popular de subversão da ordem (mesmo como uma “revolução democrático-burguesa”); 3) para transformar o

Estado em instrumento exclusivo do poder burguês, tanto no plano econômico quanto nos planos social e político. (FERNANDES, 1975, p. 217).

Dessa forma, o que se pode identificar no quadro geral do período de irrupção do capitalismo monopolista até a sua consolidação, é o fato de que a burguesia passou a ser o novo agente social que se estabelecia no controle do poder. Sob a égide de seus interesses implantou uma nova ordem no sentido de estabelecer e propiciar o espaço para o desenvolvimento integrado ao imperialismo. Assim, mantendo o Estado como aparelho efetivo de sua dominação e favorecimento de seus interesses em defesa da sustentação das bases estruturais para o recrudescimento do capitalismo dependente no país.

Da mesma forma esse foi o aparelho que possibilitou a sua legitimação no campo das lutas sociais. Ao passo que proporcionou os meios para o enfrentamento da “questão social” por meio da sua criminalização e repressão a fim de coibir as lutas da classe trabalhadora, afim de evitar o acesso a essa aos espaços decisórios da vida política nacional.

Do ponto de vista do desenvolvimento econômico nacional, a indústria ganhou destaque no que se refere às atividades econômicas do país, e sua expansão se vinculou a um novo padrão integrado de acumulação entre capital interno e capital externo, onde se acirrava as relações de dependência em função da economia norte americana. Ao passo que esse tinha por fundamento o incremento da *superexploração* da classe trabalhadora, por meio de políticas que visavam intensificar os arrochos salariais e reforçavam os padrões de mais-valia relativa e absoluta sobre o trabalho na realidade nacional.

CAPÍTULO 2 – DITADURA CIVIL-MILITAR, AUTOCRACIA BURGUESA E A TECNOCRACIA ESTATAL

Trata-se neste segundo capítulo das expressões da “questão social” no ciclo autocrático burguês da ditadura civil-militar. Para melhor compreensão o capítulo foi dividido em dois tópicos.

O primeiro tópico consiste em uma análise acerca do significado sócio-histórico que perpassou o golpe civil-militar, assim como os processos de correlação de forças que estiveram em torno da estruturação e consolidação da autocracia burguesa na ditadura civil-militar. E posteriormente no segundo tópico a ênfase da reflexão se espraia para a apreensão do papel do estado tecnocrata em seu caráter político, econômico e social nos governos ditatoriais, assim como as características que perpassaram a autocracia burguesa na ditadura civil-militar.

Para a analisar os seguintes aspectos foram utilizadas as contribuições teóricas de autores (as) da tradição marxista do Serviço Social e de autores que discutem a Formação Social Brasileira. Devido à natureza metodológica deste trabalho, não foram destacadas as divergências políticas e teóricas dos autores em questão.

2.1 – O significado sócio-histórico do golpe civil-militar

As características e a particularidades que representam e perpassam o significado sócio-histórico da ascensão e da consolidação do modelo autocrático burguês, que se estabeleceu no Brasil com o advento da ditadura civil-militar¹⁴, podem ser apreendidas e delimitadas quando olhamos para as expressões da “questão social” nesse contexto. Com isso, destacamos as formas de enfrentamento que foram incorporadas pelos sujeitos sociais nos ditames de um regime que aprofundou o estabelecimento da autocracia burguesa na nação atendendo às requisições para o desenvolvimento e consolidação do capitalismo monopolista.

Discutir a representação e o significado do golpe de 1964 inicialmente, traz elementos substanciais para se compreender a dinâmica da sociabilidade, quanto a motivações e direções político- ideológicas, no que se refere ao ciclo autocrático burguês

¹⁴ Assim denominamos nesse trabalho a partir da compreensão teórica feita a partir da análise de Ianni (1981), na qual o regime ditatorial, se legitimou e foi estabelecido e direcionado por setores da sociedade civil, que sob a tutela militar instrumentalizaram o aparelho estatal em função da acumulação do grande capital.

durante a ditadura civil-militar. Compreender o sentido do golpe e o seu direcionamento se faz um elemento crucial para se discutir o que foi esta autocracia burguesa.

Para (NETTO, 2014) o posicionamento de uma coalizão entre os setores dominantes em função do golpe permitiu uma conjugação, na qual o golpismo civil deu as iniciativas militares¹⁵ no contexto de abril de 1964, maior legitimidade e força em relação às tentativas anteriores dessa classe de assumir a tutela e o governo da nação. Assim, houve a contrapartida em que o poder militar se estabelecia no controle do Estado, se legitimando pelo aval das elites dominantes que se beneficiaram com o serviço desses, na medida em que o regime militar foi necessário para a acumulação do capital. Desta maneira, “o golpismo militar operou vigorosamente desde 1961; todavia, foi a conspirata patrocinada pelo grande empresariado e pelo latifúndio que lhe ofereceu as condições necessárias para o seu eixo político.” (NETTO, 2014, p.51).

Nesse sentido, não podemos desconsiderar a particularidade do golpe na realidade brasileira, sendo esse civil-militar diferente dos outros que se deram em países da América Latina, assim como, o interesse norte americano nessa conjugação. Conforme (NETTO, 2014) os norte-americanos foram os agentes facilitadores desse processo de união diante de um contexto mundial de guerra fria no qual esses patrocinaram diversas contrarrevoluções preventivas. Nesse sentido, se destacou, por exemplo, o papel do agente diplomático¹⁶ entres os segmentos que por meio de apoio político e militar, deu e assegurou o subsídios para justificar o golpe.

Dessa forma, cabe a ressalva de que o processo que levou ao golpe não foi algo simplesmente exportado dos norte-americanos e assim imposto pela motivação do capital externo. Ele precedeu das dinâmicas da “questão social” interna e da forma de enfretamento das elites dominantes dessa com o objetivo de diminuir o protagonismo da classe trabalhadora e dos segmentos populares no período pré-64. Não fosse a disposição das elites brasileiras de disputar no campo político adequação aos padrões de acumulação monopolistas, outro desenrolar se daria frente aos avanços das forças populares no país e

¹⁵ Ao se referir as iniciativas militares é importante destacar que o golpe civil-militar foi postulado, fomentado e direcionado por segmentos específicos da classe militar, onde se figura a ESG e os setores militares vinculados aos interesses norte-americanos e da burguesia brasileira aglutinada. É importante ressaltar que haviam segmentos militares que se opunham ao direcionamento antidemocrático da Doutrina da Segurança Nacional da ESG, e tinham um viés mais reformista porém esses conforme (NETTO, 2014) não se prepararam de forma ativa belicamente assim como setores da esquerda, assim não conseguiram dá respostas efetivas ao Golpe inicialmente.

¹⁶ Ressalta-se a figura do embaixador norte- americano Licoln Gordon, que se aproximou das elites civis e Vernom Walters oficial da inteligência do exército norte-americano vinculado a CIA conforme (NETTO, 2014).

as propostas de reformas sociais que se expandiam na época. Quanto ao fato pode-se dizer que:

[...] Sob esse aspecto o capitalismo dependente e subdesenvolvido é um capitalismo selvagem e difícil, cuja a viabilidade se decide, com frequência, por meios políticos e no terreno político. [...] E ao contrário do que se supôs e ainda se supõe em muitos círculos intelectuais é falso que as burguesias e os governos das nações capitalistas hegemônicas tenham qualquer interesse em inibir ou perturbar tal fluxo do elemento político, pelo enfraquecimento provocado das burguesias dependentes ou por outros meios. Se fizessem isso, estariam fomentando a formação de burguesias de espírito nacionalista revolucionário, ou incentivando transições para o capitalismo de Estado e para o socialismo. Estariam trabalhando contra os seus interesses mais diretos, que consistem na continuidade do desenvolvimento capitalista dependente e subdesenvolvido. (FERNANDES, 1975, p. 293).

A disposição conjunta entre grande empresariado e capital externo que caracterizou a irrupção do capitalismo monopolista na década de 1950 e as requisições para o desenvolvimento integrado se deu também quando olhamos para os sujeitos sociais responsáveis pelo golpe civil-militar em suas respostas ao enfretamento da crise do capital no país. A partir disso pode se dizer que a responsabilidade do golpe não foi unilateral e que ela cabe “as franjas burguesas vinculadas ao grande capital nativo e estrangeiro que, associadas aos latifundiários, arrastaram política e ideologicamente segmentos expressivos da pequena burguesia urbana para o seu campo.” (NETTO, 2014, p. 74). Nesse sentido, pode-se dizer que os objetivos da movimentação desses agentes sociais se associaram ao padrão de dependência estabelecido historicamente no Brasil.

1) Adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países a um novo momento da dinâmica capitalista, marcado por uma acentuada internacionalização do capital; 2) golpear e imobilizar os protagonistas sociais e políticos interessados e resistir a este processo, que conduzia as periferias a uma relação mais subalterna e dependente em face dos centro imperialistas; 3) enfim, combater em todo o mundo tendências políticas e ideológicas alternativas ao capitalismo e/ou conducentes vias socialistas. (NETTO, 2014, p. 75).

Então, a pretensão do que representou o movimento da burguesia com o advento do golpe fica clara no seu significado sócio-histórico. Essa foi a da garantia e da ampliação do padrão de acumulação adequado na ordem do capitalismo subalterno e integrado aos interesses do grande capital internacional. Da mesma forma que o golpe significou a resposta desses a toda e qualquer força social que representasse ameaça e possibilidade de reversão da ordem monopólica de acumulação que se estabelecia (NETTO, 2014).

A via antidemocrática tomada pela burguesia para exercer sua hegemonia sobre o aparelho estatal e garantir o desenvolvimento sob dependência ao capital externo,

expressou e significou a retomada de tradições que perpassam a formação social brasileira. Nesse sentido, destaca-se o processo contrarrevolucionário preventivo que ressaltou as práticas da vida política brasileira e a ocupação dos espaços decisórios, que estiveram historicamente restritos às classes dominantes, que quando ameaçadas respondem pela via da repressão e da coerção social (NETTO, 2014).

Diferente das revoluções burguesas dos países centrais que tinha por pressupostos o alinhamento de processos democráticos para o desenvolvimento capitalista sob uma perspectiva de desenvolvimento autônomo de nação; no contexto brasileiro a lógica se inverte sob o pressuposto de um capitalismo “retardatário” e dependente. As requisições externas colocaram no processo de desenvolvimento tardio capitalista a necessidade de uma burguesia que fosse capaz de assumir o poder e assegurar o desenvolvimento com segurança (FERNANDES, 1975). Do mesmo modo que a autocracia burguesa se estabeleceu herdando das antigas elites à repressão e a cooptação da participação nos espaços decisórios da política nacional, sendo marcada pela reiteração e continuidade “das piores tradições da nossa sociedade” (NETTO, 2008, P. 27).

Diante disso, podemos dizer que o processo de 1964 teve por fundamento um esquema no qual o elemento conservador de uma sociabilidade autocrática burguesa foi necessário para a reprodução e o desenvolvimento do capital no esquema integrado ao interesse norte-americano. Assim, houve um resgate do conservadorismo na vida política e um rearranjo modernizador da maquinaria estatal. A realidade brasileira durante a ditadura civil-militar, não foi marcada pela conjugação de vias democráticas nas decisões do processo de transformação capitalista, como no caso das revoluções burguesas dos países centrais (FERNANDES, 1975). Pois na formação social brasileira e assim como na formação econômica, a tradição que perpassa os processos de transformação do capitalismo em sua maioria se adequaram a uma lógica de dependência externa, na qual a concentração latifundiária nunca se desfez e os processos de reestruturação econômica do país se deram por meio de “revoluções passivas” adequadas a conservar o poderio das elites.

Assim, se consolidou a relação entre desenvolvimento capitalista e dominação burguesa autocrática.

Não estamos na era das “burguesias conquistadoras”. Tanto as burguesias nacionais da periferia quantas as burguesias das nações capitalista centrais e hegemônicas possuem interesses e orientações que vão noutra direção. Elas querem: *manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore.*[...] Elas detêm um forte poder econômico social e político, de

base e alcance nacionais; possuem o controle da maquinaria do Estado nacional; e contam com suporte externo para modernizar as formas de socialização, de cooptação, de opressão ou de repressão inerentes à dominação burguesa. (FERNANDES, 1975, p.296).

2.2- As características da autocracia burguesa na ditadura civil-militar

Para (NETTO, 2008) as principais dimensões que deram teor a autocracia burguesa estabelecida no regime militar não residiram simplesmente nessa reiteração dos padrões conservadores das elites que marcam a formação social brasileira, mas sim na novidade que surgiu com a ascensão do modelo autocrático, sendo o Estado seu eixo articulador. Esse se ergueu instrumentalizado pela tutela militar, e sob a pactuação e o arranjo político das elites se estruturou para dar respostas à crise política e econômica, assegurando os meios políticos e econômicos para salvaguardar o esquema de acumulação, se readequando às condições internas e externas que se colocaram com seu estabelecimento.

A sua funcionalidade residia na reprodução e garantia do desenvolvimento do capitalismo dependente. Sob seu aparato tecnocrático e burocrático instrumentalizava o grande capital para o desenvolvimento de suas atividades, intervindo na economia e dando as bases necessárias para legitimação e ampliação do seu esquema de acumulação (NETTO, 2008).

Foi assim que se definiu e se consolidou, ao longo de todos os governos da ditadura, o núcleo do planejamento estatal: o Estado foi posto a serviço de uma política de favorecimento do capital imperialista, política que se assentou, política essa que se assentou na superexploração da força de trabalho assalariado, na indústria e na agricultura. (IANNI, 1981, p. 8).

Dessa forma, cabia ao Estado em sua funcionalidade política estabelecer aqueles que diante das circunstâncias seriam privilegiados ou excluídos. Não obstante o Estado pós-64 em seu caráter essencial era antinacional e antidemocrático conforme (NETTO, 2008). A parcela dos segmentos e sujeitos privilegiados residia no quantitativo reduzido que representava as classes dominantes e ao Estado frente às condições adversas cabia o papel de mediador dos conflitos intersetoriais dessas classes, sendo que esse promovia as bases sociais de apoio e exclusão. Por outro lado “[...] Nas condições dadas promover a heteronomia implicava levar adiante a exclusão política – inclusive para além das classes subalternas, de setores da própria coalizão vitoriosa. ” (NETTO, 2008, p.29).

O aparato estatal se direcionou a atender de forma mais precisa os interesses dos monopólios e da mesma forma integrar no esquema de acumulação os latifundiários. Porém, as camadas da pequena e média burguesia que apoiaram o golpe conforme

(NETTO, 2008) foram excluídas do esquema de acumulação do capital. Assim, ficando bem definido o centro hegemônico do poder durante o regime autocrático ditatorial.

Quanto à política econômica estatal, conforme (NETTO, 2008) cabia ao Estado a racionalização da economia, oferecendo o aparato legal-institucional que viabilizasse a concentração e centralização da acumulação do capital estrangeiro, assim como fomentá-la. Para o autor a política econômica estatal na ditadura independente de seus aspectos se direcionou para acelerar essa centralização e concentração na realidade brasileira. A direção era a do favorecimento do imperialismo sob os lemas da segurança e desenvolvimento. Desta forma, a segurança residia na repressão às organizações e iniciativas políticas da classe trabalhadora e o desenvolvimento econômico implicava em atender as requisições do capital monopólico conforme afirma Ianni (1981).

O alinhamento da tecnocrata civil com a militar no controle da maquinaria estatal foi o casamento para promover a doutrina e o lema do desenvolvimento com segurança. A segurança significava as garantias internas da instabilidade política, assegurada pela violência e repressão direcionada pela Doutrina de Segurança Nacional, que foi fomentada e promovida pela Escola Superior de Guerra (ESG), no sentido de dar cabo aos movimentos que fossem hostis às requisições do capital. O desenvolvimento passou a representar o eixo da política econômica, que foi sustentada pelo panteão da estruturação do Estado tecnocrata e baseada na prática do planejamento para favorecer a grande empresa e o latifúndio agrário-exportador.

A adoção do planejamento como expoente da prática governamental se deu, em uma retórica defensiva da neutralidade técnica, sendo isso para a ditadura civil-militar o instrumento que possibilitaria os subsídios para o desenvolvimento das forças do livre mercado, em que o Estado reforçou os monopólios.

Diante disso Ianni (1981, p.5) afirma que: “A ditadura adotou o planejamento como técnica e retórica de governo. Tratava-se de fortalecer o aparelho estatal – basicamente o Poder Executivo – de modo a favorecer, orientar e dinamizar a acumulação privada do capital.” Desta forma, o planejamento infiltrou-se nas diversas áreas da sociedade e setores da economia, os planos e programas governamentais instrumentalizaram a promoção da articulação das principais atividades econômicas, promovendo a integração nacional e o aprofundamento do regime ditatorial e do capitalismo monopolista. Associado a isso, as organizações governamentais tiveram papel crucial para ligar o latifúndio a indústria e assim aumentar o alcance do regime ditatorial sob a vida social em todo território nacional.

A ideologia do planejamento no que se refere a dominação burguesa não ficou restrita ao campo da política econômica, mas perpassou todas as dimensões da vida na nação. Os planos e programas estabelecidos pelo governo se espraiaram nas diversas esferas da vida social, cultural e política, “Na prática todos os campos da vida nacional, foram, influenciados, reorientados, dinamizados, bloqueados ou reprimidos.” (IANNI, 1981 p.19). Ao passo que ele foi utilizado como instrumento para enfrentamento da “questão social”, seja pela via programática ou pela via institucional, um arcabouço de mecanismos para controle e manutenção da ordem social. Nesse sentido, o Estado se organizava pela via repressiva contra toda articulação política popular e remediava os problemas sociais que geravam certa inquietação. Nesta perspectiva, podemos destacar a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) em 1964.

A forma de enfrentamento desses problemas sociais que geravam inquietação no regime, se mostrou em sua maioria pela via da criminalização das expressões da “questão social”. A culpabilização e a repressão aos sujeitos sociais nos diversos âmbitos da sociabilidade, se apresentou como aspecto constitutivo da maioria das políticas públicas e institucionais da ditadura para enfrentar as vicissitudes advindas da “questão social” conforme (IANNI, 1981).

A competência de direcionar, executar e viabilizar os planos e programas foi direcionada a um complexo técnico-burocrático, que era o cerne da inchada maquinaria estatal ditatorial. Sob a premissa da neutralidade técnica e da sua eficiência, os governos militares foram marcados pelo estabelecimento de uma relação no âmbito do Estado na qual cabia a tecnocracia fazer interligação entre o plano político e econômico, ou seja, entre capital monopolista e ditadura conforme afirma Ianni (1981).

Estabelecida sob o panteão da substituição do político pelo técnico, cabia a essa tecnocracia a direção da racionalização e burocratização do Estado. Com isso, ressaltamos o inchaço da máquina estatal e a capacidade desse regime na criação de organismos que objetivaram instrumentalizar a atuação do poder estatal em função da modernização para acelerar a reprodução ampliada a partir da continuidade do modelo monopolista.

Nesse sentido, “o que parece estar na base da parafernália tecnocrática, que aparece como instrumental de política de planejamento, é a poderosa aliança entre o capital monopolista e a ditadura”. (IANNI, 1981, p. 24-25). Com isso, foi no direcionamento que

marcou o arranjo econômico e político¹⁷ da ditadura civil-militar, que se viu um Estado forte para garantir a reprodução do grande capital nativo e estrangeiro, intervindo na esfera da reprodução desse capital seja materialmente, institucionalmente, legalmente e no enfrentamento e criminalização das expressões da “questão social”. Sendo essa uma marca da centralidade do Estado no que se refere ao desenvolvimento do capitalismo na formação social brasileira, um estado mínimo para os interesses do trabalho, mas máximo e disposto a intervir em função das requisições da grande empresa nacional e estrangeira. Algo nessa direção é central, pois conforme afirma Santos (2012), historicamente a presença do Estado no Brasil é muito mais decisiva para a constituição do capitalismo, do que os liberais¹⁸ admitem.

Portanto, pode-se dizer que o poder estatal esteve atrelado ao capitalismo monopolista de forma especial na ditadura civil-militar. Ao passo que se entende que o Estado como eixo articulador do capital coletivo, em seus diversos setores, promoveu os meios para proporcionar uma maior concentração e centralização monopólica. Por isso, houve uma presença estatal nos setores básicos da economia vinculados a infraestrutura que facilitavam a acumulação dos setores privados direcionados aos setores mais lucrativos da economia nacional. Assim, o que se via era a atuação de um Estado fascista e repressivo que permitia e atuava em função da elevação da mais-valia relativa e absoluta, sob o adensamento da *superexploração* do trabalho adensando a reprodução do capital e o desenvolvimento das forças produtivas sob uma lógica cada vez mais desigual. Assim, o planejamento da tecnocracia estatal deu um ritmo ainda maior para a acumulação do capital e a vinculação a ordem monopólica do poder estatal com o capitalismo financeiro que se adensou e ganhou força no país com a ditadura civil-militar (IANNI, 1981).

Com isso, os sistemas de dominação estabelecidos em países como o Brasil, foram se caracterizando pelo emprego da violência institucionalizada em função dos interesses privativos e particularistas das classes dominantes, utilizando-se para isso de formas

¹⁷ “ A maneira pela qual a tecnocracia se desenvolveu desde 64 permite conhecer ainda melhor o poder estatal. Primeiro, a tecnocracia civil e militar confunde-se numa categoria profissional importante para a organização, operação e reprodução da ditadura. Segundo, é no âmbito da tecnocracia que tendem a desenvolver-se as articulações entre “político” e “econômico”, entre as razões do Estado e as razões do capitalismo monopolista, sob o manto da neutralidade, ou inocência, das técnicas da economia política burguesa. Terceiro, a forma pelo qual se articulam o “político” e o “econômico”, o Estado e o Capital, da mesma maneira que a tecnocracia civil e militar, expressa a forma pela qual a burguesia, enquanto classe dominante, captura o poder estatal, ou lhe confere as dimensões fundamentais.”(IANNI, 1981, p.32).

¹⁸ Referência aos sujeitos sociais que defendem a ideologia liberal econômica formulada por Adam Smith e David Ricardo.

autocráticas de poder. Sendo esse um poder que se impõe de forma extremamente autoritária, sem rebouços e de cima para baixo, recorrendo a quaisquer meios para prevalecer, erigindo-se a si mesmo em fonte de sua própria legitimidade e convertendo, por fim, o Estado nacional em instrumento puro e simples de poder das classes dominantes (FERNANDES, 1975).

Quanto ao exercício do poder estatal sob a tutela militar, conforme afirma Netto (2014), havia um campo de disputa entre os altos escalões militares. As oposições residiam entre os militares da “Sorbonne” e os da linha dura. Os militares da “Sorbonne” advinham da elite intelectual militar vinculada a ESG que desenvolveram a Doutrina de Segurança Nacional, e defendiam uma intervenção frente às ameaças subversivas repressivas, mas optava por uma aparência “legal” de suas ações usando de artifícios ideológicos para justificar a repressão e a violência de qualquer oposição ao regime.

A linha dura, porém, era composta de militares com pouca formação que ascenderam rapidamente na hierarquia militar devido ao advento do golpe. Diferentemente da “Sorbonne” aderiam e defendiam uma via mais incisiva e prática nas suas intervenções para legitimação e manutenção do regime e pouco ligavam para opinião pública. Porém, a correlação de forças entre esses segmentos militares era mediada pelo objetivo comum da manutenção da ordem em função de salvaguardar o processo de ‘modernização conservadora’, pretendido pelo regime ditatorial para a nação brasileira (NETTO, 2014).

Dessa forma, pode-se dizer que o Estado e o regime político que ascende no contexto autocrático burguês foi marcado por conflitos e contradições entre os sujeitos sociais que se aglutinaram em função do movimento contrarrevolucionário. Porém, conforme Netto (2008) ao passo que as pretensões do regime estabelecido se clarificam por meio do projeto de modernização conservadora, a face mais forte do bloco vitorioso, marcada pelo mando do capital estrangeiro se isola e passa a usar de artifícios que levam o Estado tutelado pelos militares a tomarem as vias da coação direta, fato que levou a uma certa erosão da base de poder e da legitimidade de muitas das movimentações da autocracia burguesa, ao longo do ciclo autocrático até o seu fim.

O primeiro lustro histórico que marcou a autocracia burguesa pós golpe civil-militar denominado de ditadura reacionária por Netto (2014) representou o esforço da autocracia burguesa em se legitimar socialmente, politicamente e economicamente. O Estado sob a tutela militar atuou como eixo articulador das pretensões das elites dominantes e dos interesses do capital estrangeiro, nos diversos planos da vida social e econômica do país.

Logo no início do Governo Castelo Branco, a influência da ‘Sorbonne’ sob o governo o levou a uma vaga onda repressiva, na qual por meio dos atos institucionais e de uma série de outras normativas o poder executivo sob mando militar, procurou dar as bases legais e institucionais para justificar as suas ações repressivas e de controle da vida política da nação em função da doutrina de segurança nacional.

Prova disso foi a sua atitude nos embates com o congresso o logo nos dias que se seguiram ao golpe, exigindo uma legislação que possibilitasse ao executivo uma “limpeza ideológica” no país, através da cassação de mandatos e demissão de funcionários públicos. Mediante a recusa do Congresso, foi publicado o primeiro ato institucional (AI). (SANTOS, 2012, p. 86)

Conforme Santos (2012) apesar do caráter autocrático em que foi estabelecido o regime político, os mandatários do Estado não assumiam que as políticas repressivas e arbitrárias por eles aplicadas no período carregavam esse teor. Esses defendiam que elas eram transitórias e tinha a finalidade de restabelecer a ordem na nação e garantir a segurança para o crescimento.

A aproximação governamental aos segmentos ligados a “Sorbonne” não se restringiu apenas ao controle da vida social ou político da nação, alguns planos e programas como o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) (1964- 1966)¹⁹, foram implementados visando a aceleração do crescimento econômico, visando a satisfação das requisições do capital estrangeiro (IANNI, 1981). Essas medidas que tinham por finalidade estabilizar a economia controlando a inflação se apresentaram com um teor impopular, ao passo que traziam consigo o aumento do custo de vida e o direcionamento da política salarial em função do controle salarial sendo promovido um arrocho salarial. Medidas que em governos nos períodos antecedentes ao golpe não haviam sido tão aprofundadas, e que no governo militar passaram tiveram o respaldo da repressão militar sobre aqueles que eram considerados subversivos (SANTOS, 2012).

Nesse sentido, a “Sorbonne” não deixou de instrumentar suas medidas de forma institucional, as vias para fazer da política salarial o subsidio do controle da inflação se deu pelo estabelecimento e acionamento do Conselho Nacional da Política Salarial, que controlou e ajustou as negociações tanto no âmbito da iniciativa privada e o reajustamento dos salários no setor público. Com a finalidade de conformar por meio do arrocho salarial

¹⁹ [...] Destinou-se principalmente a promover a estabilização financeira e criar também outras condições econômicas propícias ao desenvolvimento das “forças do mercado” e à “predominância da livre empresa no sistema econômico”. Tratava-se de acelerar “o ritmo de desenvolvimento econômico do país, interrompido no biênio 1962-1963”. Para que isso passasse a ocorrer, no entanto era indispensável “conter, progressivamente, o processo inflacionário durante 1964 e 1965, objetivando um razoável equilíbrio dos preços a partir de 1966”. (IANNI, 1981, p. 7).

a economia do país as forças do mercado e privilegiar a acumulação do capital monopolista (IANNI, 1981).

No que se refere ao controle da vida política nacional, as ações promovidas com o advento do primeiro Ato Institucional do Governo Castello Branco não alcançaram o patamar pretendido de controle das decisões políticas nacionais, ao passo que ainda se evidenciava o pluripartidarismo, e o fato das eleições estaduais de 1965 ainda serem mantidas no antigo rigor. A pressão de segmentos da linha dura levou o governo a promulgar os AI ns. 2 e 3. A consequência do advento dessas normativas foi estabelecimento de eleições indiretas para a Presidência da República em 1966, assim como, para as eleições estaduais, a dissolução dos partidos políticos, restando apenas MDB e Arena e o executivo passou a ganhar maior poder para cassar direitos políticos daqueles que representassem a segurança da nação. Todo esse processo resultou no advento da promulgação da Constituição Federal de 1967, que possibilitou a sustentação e manutenção do regime político plasmado no Estado tecnocrático militar (SANTOS, 2012).

As pressões da “linha dura” ganharam forças no ano de 1967 e nesse mesmo, esse segmento consegue se estabelecer com a ascensão de Costa e Silva ao governo, que conforme Santos (2012) seguiu um perfil mais próximo desse segmento militar, de forma especial após 1968, devido ao contexto mundial de efervescência no campo das lutas sociais, que passaram a influenciar os movimentos da classe trabalhadora no cenário nacional e que ascendiam no campo das lutas sociais. Tal fato levou o governo a criar um novo ato institucional, sendo esse o mais marcante no que se refere ao movimento contrarrevolucionário do ciclo autocrático burguês.

Sem predeterminação para término o AI n.5 vigorou até 1979, a repressão, perseguição política, a cassação de mandatos e cargos, e coerção social e violência explanadas no nível da tortura, exílio e morte aqueles que ameaçassem o regime ditatorial, foram expressões da “questão social” que nos mostraram um quadro de aprofundamento no que se refere destituição dos direitos humanos e sociais.

Do ponto de vista econômico Costa e Silva se aprofundou na política econômica que teve por finalidade favorecer o desenvolvimento da empresa privada nacional e especialmente a empresa privada estrangeira, seguindo a tendência que vigorou em parte do regime e do governo que o antecedeu. As Diretrizes de Governo de 1967 estabeleciam a necessidade e a responsabilidade do governo de promover o desenvolvimento social e de consolidar a infraestrutura que pode-se criar o espaço propício a expansão da atividade

econômica e por fim dá maior dinamicidade ao setor público para atender essas requisições grande empresa (IANNI, 1981).

Sob a égide da tecnocracia estatal e da técnica primária do planejamento, o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social de 1967 e Programa Estratégico de Desenvolvimento de 1968, foram outros dois expoentes da organização da maquinaria estatal militar em função da acumulação pretendida no esquema integrado do capitalismo na realidade nacional brasileira do período. “[...] com a continuidade da política econômica iniciada por Castello Branco, a economia dá sinais de recuperação, dando início ao “milagre econômico”. (SANTOS, 2012, p. 89).

O fim do governo de Costa e Silva e a ascensão de Médici representou o marco do início de um período em que a ditadura militar passou a ter maior amplitude e reconhecimento perante diversos segmentos dominantes da sociedade. Se legitimando perante os segmentos médios da sociedade e da burguesia industrial, que vinham no crescimento econômico a justificativa de apoio ao regime, o governo se sustentou pelo florescimento e promoção da “propaganda imperialista do “milagre brasileiro” e da virtualidade do “Brasil potência” (IANNI, 1981, p.10). O que se colocava em questão era a possibilidade que o governo militar e a burguesia industrial via na associação da empresa privada nacional com o capital estrangeiro de transformar o Brasil em uma potência capitalista mundial.

A idéia de um “modelo brasileiro de desenvolvimento”, que permitiria a construção do “Brasil potência” em poucos anos, era mais uma faceta de caráter fascista da ditadura. Os governantes e os seus funcionários, ao se maravilharem com a idéia do “Brasil grande”, “milagre brasileiro”, ou “Brasil potência”, maravilhavam-se com o florescimento do capitalismo monopolista, com o lema que o próprio imperialismo tratava de propalar. Todo Sacrifício imposto ao povo brasileiro, em geral, e ao proletariado e camponato, em particular, era visto pelos governantes e os seus funcionários como “preço” do “milagre”, da “grandeza”. (IANNI, 1981, p. 11).

As estipulações das *Metas e Bases para a ação do Governo (1970-1971)* e do *I Plano Nacional de Desenvolvimento(1972 -1974)*, reforçaram o caráter e a continuidade da política econômica ditatorial, que nos anos do Governo Médici foi marcada pelo aprofundamento do esquema de desenvolvimento econômico subalterno ao imperialismo e na acentuação da superexploração do trabalho, ao passo que a propaganda política anticomunista se acentuava dando mais força a censura e a perseguição política aos sujeitos sociais tidos como subversivos pelo autocracia burguesa (IANNI, 1981).

A força do “milagre econômico” brasileiro perdurou até o fim de 1973, a crise do petróleo e a estagnação do crescimento econômico a nível mundial, assim como a

competição entre as potências centrais incidiram de forma negativa sobre o acelerado crescimento da economia brasileira. Os planos ambiciosos de uma Brasil potência esbarram na desaceleração do crescimento. Nesse sentido em 1974 Geisel assumiu o poder, mas nem por isso deixou de dar continuidade à política econômica da ditadura preconizando independente do contexto de crise do capital em nível mundial a acumulação monopolista. Tal fato se expressa nas propostas do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979).

Desta forma, as contradições que estavam presentes na economia política da ditadura se agravam no Governo Geisel, e um processo de autoreforma do regime ditatorial passa a se instaurar no âmbito econômico para desacelerar a diminuição do crescimento econômico e no plano político para lidar com a erosão das bases de apoio que legitimavam o regime. Tal fato conforme NETTO (2008) se clarifica ao passo que ao se aprofundar nas requisições do capital estrangeiro, o regime perdeu forças ao abandonar setores da sociedade que apoiaram o golpe. Esses com destituição do pilar econômico que os aproximavam da ditadura passam a se rearticular na direção contrária ao regime frente a ineficiência do governo de apresentar respostas aos seus interesses.

A erosão das bases de poder e a queda do crescimento levaram o Governo Geisel a uma conjuntura na qual o elemento repressivo que deu sustentação ao poderio militar, fosse reformulado num processo de abertura lenta e gradual da vida política. A ascensão de movimentos dos trabalhadores no campo e na cidade, assim como de organizações contrárias ao regime ditatorial na segunda metade da 1970, anunciavam o fim do regime ditatorial ao passo que as forças políticas da sociedade civil ganhavam novo espaço na participação da vida política nacional e os segmentos mais conservadores da elite militar se posicionavam contrários ao processo (SANTOS, 2012).

As pressões de setores da sociedade civil culminaram no processo de “transição democrática” no qual com a ascensão de Figueiredo ao poder, o estado passa a reformular os seus mecanismos normativos e institucionais de repressão política no país. Ao passo que uma série de revogações de leis, permitiram a abertura política, a anistia e libertação da repressão imposta pelo regime dos segmentos da sociedade civil criminalizados pela ditadura (NETTO, 2014). Uma nova lei dos partidos é sancionada retomando o pluripartidarismo e as movimentações partidárias ligadas as massas populares e segmentos da classe trabalhadora vão mobilizar a sociedade civil organizada no movimento a se posicionar contrária a manutenção do regime, que tem seu fim com a

derrubada da emenda constitucional número 22, fomentada pelo movimento das diretas já.

CAPÍTULO 3 – SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO E LUTAS SOCIAIS NO CICLO AUTOCRÁTICO BURGUESES DA DITADURA CIVIL MILITAR

Trata-se nesse capítulo das consequências da autocracia burguesa sobre a vida e as lutas sociais da classe trabalhadora. Para facilitar a reflexão o capítulo se divide em dois tópicos. O primeiro aborda as consequências das requisições do “desenvolvimento econômico” integrado entre a empresa privada nacional e estrangeira na vida política e material da classe trabalhadora e as contradições advindas da relação entre capital e trabalho durante a ditadura civil-militar. O segundo aborda os processos de lutas da classe trabalhadora, assim como, a estruturação das organizações da classe trabalhadora em seus diversos segmentos e o papel político da esquerda no processo combativo ao regime ditatorial.

3.1 – As consequências da autocracia burguesa na vida da classe trabalhadora

As consequências imediatas na vida social da classe trabalhadora durante o regime ditatorial se deram pelo influxo da política econômica adotada pela autocracia burguesa e pela burocracia estatal militar. As requisições em função da acumulação se deram fundamentadas de forma intrínseca a *superexploração* do trabalho, que se caracterizou por padrões de mais-valia extraordinários. Sendo esses o subsídio principal que proporcionou o pretense crescimento e “desenvolvimento econômico” no ciclo autocrático burgues.

Tal fato se clarifica ao olharmos para as políticas e os programas promovidos pelos governos ditatoriais no campo da economia. A direção era a de estabelecimento de uma política salarial, de controle dos preços e sindical restritiva às decisões da maquinaria tecnocrática estatal. Sendo essas legitimadas pelos aparatos legais e institucionais criados a partir do regime ditatorial, atuaram tanto no sentido reprodutivo e produtivo do trabalho, na direção do combate da inflação e da estabilização da economia por meio do aprofundamento dos padrões de mais-valia absoluta.

De um lado a política salarial, caracterizada pelo arrocho salarial diminuía o poder de compra do trabalhador e elevava os custos de vida e manutenção do trabalho em sua esfera reprodutiva caracterizando uma extrema pauperização dos segmentos da classe trabalhadora no período ditatorial. Em contrapartida essa política possibilitou a empresa privada nacional e estrangeira o aumento da produtividade e uma mais-valia extraordinária sobre o trabalho. Nesse processo pode-se dizer que o desenvolvimento das

forças produtivas no esquema monopolista teve por característica intrínseca a elevação da subordinação do trabalho ao capital (IANNI, 1981).

A política salarial da ditadura – que estava na base de sua economia política -, ao mesmo tempo em que propiciava à burguesia a obtenção de uma taxa *extraordinária* de mais valia, também provocava a pauperização absoluta da classe operária, ou de setores dessa classe. Era tão elevada a taxa de expropriação do produto da força de trabalho operária que cresceu a incidência de doenças nessa classe (IANNI, 1981, p. 81).

Assim como a política salarial, a política de emprego no âmbito ditatorial estava direcionada a elevação da mais-valia, ao passo que medidas como a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) no Governo Castelo Branco possibilitou uma maior rotatividade em postos de emprego e conseqüentemente um aumento significativo do exército industrial de reserva ou do excedente de mão-de-obra. Tal fato permitiu ainda mais o poder de barganha e subordinação do capital sobre o trabalho e a intensificação da exploração sobre este (IANNI, 1981).

Nesse sentido, acirrava-se a “questão social” ao passo que as contradições advindas do trabalho no referido contexto do regime ditatorial levaram diversos segmentos da classe trabalhadora a um quadro de insatisfação quanto à vida econômica e política na sociedade brasileira, seja pela extrema exploração do trabalho, ou seja, pela repressão política e cooptação de diversos segmentos da classe trabalhadora.

As insatisfações e as discordâncias com as políticas implementadas pelo regime proporcionaram uma certa efervescência no campo das lutas sociais, ao passo que tendo em vista tais processos de correlação de forças a elite intelectual militar se direcionou à criação de mecanismos que possibilitassem os controles das massas. Fosse pela via repressiva ou da reprodução da vida cultural e social do país.

O Estado autocrático se instrumentalizou de forma legal e institucional para reprimir todo e qualquer movimento reacionário, ou que colocasse em risco a manutenção da ordem ou da segurança nacional. Os atos institucionais são um exemplo claro desse direcionamento, de forma especial o Ato Institucional de nº 5 no qual o posicionamento político em função da criminalização e repressão dos diversos setores da sociedade, ganharam de forma aberta o aparato legal para ser realizado pelo Estado.

Conforme Ianni (1981) o Estado autocrático burguês assume seu caráter fascista ao criminalizar diversos segmentos da sociedade civil, principalmente aqueles que se vinculavam a classe operária e classe trabalhadora como um todo. Esse processo de criminalização ganhou corpo e se adensou, ao passo que anterior ao golpe já se movimentava no âmbito das elites dominantes no país. Tal criminalização permitia e

justificava a violência e repressão dos movimentos e das organizações da classe trabalhadora, seja pela propaganda anticomunista, pelo processo de “limpeza ideológica da nação” ou pelas vias mais extremas da violência gerada contra diversos sujeitos tratados como “subversivos”.

Para além da repressão a classe operária e trabalhadora nesse sentido, que perpassou toda a vida cultural e social da nação. “Passou a atuar de modo insistente, sistemático e brutal contra toda a atividade política independente de cunho sindical. Além de intimidar, cassar direitos políticos, prender ou mesmo dar sumiço em qualquer líder operário ou camponês [...]” (IANNI, 1981, p. 70).

A direção foi clara a da proibição de qualquer movimentação ou organização que possibilitasse a classe trabalhadora se apresentar no cenário político nacional. Esse processo se clarifica ao olharmos para o advento da Lei nº 4.330, de 1º de junho de 1964, a lei anti-greve que legitimou a opressão aos sindicatos e as organizações da classe trabalhadora coibindo e proibindo qualquer tipo de movimentação nesse sentido, e dando ao Estado o aparato legal para intervenção ou destituição da atividade sindical (IANNI, 1981).

O esquema de acumulação e desenvolvimento vinculado ao capital estrangeiro, não incidiu apenas na vida do operariado, a ditadura como um todo atingiu as diversas esferas produtivas da nação, assim também seus reflexos e suas requisições espraiaram sobre a vida do campesinato. A atividade agrícola na ordem dos latifúndios deve sua importância no que se refere ao esquema monopolista, as diversas medidas para integração das atividades do setor agrário tinham por objetivo fortalecer o setor que subsidiava com matérias-primas a atividade industrial, o esquema latifundiário agroexportador, se colocou na ordem da acumulação imperialista se interligando a diversos segmentos do capital financeiro (IANNI, 1981).

Assim como na atividade industrial uma nova dinâmica foi incorporada as relações de trabalho no campo, o desenvolvimento da atividade e trouxe consigo a ascensão da agroindústria. Novas relações de trabalho se estabeleceram, e se verificou um processo de proletarização do campo, ao passo que a indústria dos latifúndios passou a expulsar uma grande massa de trabalhadores e beneficiando os diversos segmentos da indústria na cidade pelo excedente de mão-de-obra.

A penetração do esquema imperialista na agricultura, evidenciava a via da elevação da precarização e exploração do trabalho. Com isso, a *superexploração* do trabalho se configurou de uma forma mais abrupta ao passo que os espaços ocupacionais

direcionados ao trabalho no campo, em sua maioria conforme Ianni (1981), era composto por trabalhadores adolescentes e crianças, submetidos a longas jornadas, a baixos níveis salariais ou até mesmo ao trabalho escravo. Diferente do contexto urbano-industrial a configuração do trabalho vinculado ao campesinato tinha sua variabilidade a partir de cada realidade regional.

3.2 - As organizações da classe trabalhadora e as lutas sociais na autocracia burguesa

Todo esse quadro de *superexploração*, subordinação e opressão política e econômica do capital sobre o trabalho, levou tanto o operariado como o campesinato a se readequarem nos seus processos combativos e organizacionais frente às lutas sociais. As ostensivas repressões e incursões da autocracia burguesa representada pelo Estado fascista ditatorial, possibilitou um novo processo de organização da classe trabalhadora no contexto, frente ao regime ditatorial, assim como adequo uma nova conformação ao campo das disputas políticas e dos diversos segmentos da classe trabalhadora.

Antecedente ao golpe as organizações vinculadas a esquerda revolucionaria ganhavam corpo. As rupturas dentro da principal organização partidária da esquerda o PCB, teve como o advento o avanço de setores da esquerda nacional mais revolucionários. Aqui destacamos a figura da POLOP, do PC do B e das organizações vinculadas à Igreja Católica. A POLOP foi uma das principais organizações de cunho revolucionário no contexto e foi responsável por promover uma certa incursão contra o reformismo do PCB, fomentado pelas alianças do partido com setores da burguesia nacional (NETTO, 2012).

O golpe trouxe consigo uma nova necessidade à esquerda nacional, sendo a de se aglutinar em torno de uma estratégia global que fosse mais efetiva ou revolucionária com relação às perspectivas reformistas do PCB, que até o momento do golpe representava o principal centro articulador da esquerda nacional. As novas formas que configuravam a subordinação do capital ao trabalho e a repressão militar, colocavam a necessidade de se romper com toda pactuação entre classes e de dar respostas mais radicais às imposições do regime ditatorial sobre a vida social e política da classe trabalhadora (NETTO, 2014). Nesse sentido, a POLOP como uma série de organizações revolucionárias se organizou em vias combativas mais diretas, porém não conseguiram ser efetivas no objetivo de aglutinar os diversos setores da classe trabalhadora em função de uma estratégia global. Tal fato conforme Marini (2008), residiu na incapacidade da vanguarda intelectual da

POLOP de traduzir seu acúmulo teórico acerca dos processos de luta da classe trabalhadora para abarcar as massas da classe trabalhadora.

No que se refere às organizações partidárias da esquerda nacional, os comunistas do PCB sofreram com o golpe. Diversas lideranças foram presas e o trabalho conjunto às bases. O partido perdeu credibilidade diante setores da esquerda nacional e da classe trabalhadora e pela sua proeminência antecedente ao golpe na organização das forças progressivas o partido passou por seu imobilismo passou a ser culpado pelo advento da situação, fato que levou ao declínio da confiança de diversos segmentos da luta política anti-ditatorial nas vias democráticas e reformistas admitidas pelo partido, e a sua aliança com segmentos progressistas e da média burguesia. Tais fatos levaram a cisão do partido e organizações da esquerda nacional mais radicais (ANTUNES, 2011). Em detrimento da lógica combativa mais geral seguidas pelos diversos segmentos da esquerda, a da luta armada, o enfretamento do PCB se deu pela “frente democrática” contra a ditadura, sendo que nesse sentido, o partido se coadunava a um caráter de organização policlassista.

Nesse sentido, o PCB deixou de ser no contexto ditatorial um importante bastião que poderia promover a união de uma esquerda mais combativa ao regime ditatorial, tanto politicamente como numericamente. O alcance do partido sobre as bases sindicais e as diversas organizações poderiam mobilizar a massa trabalhadora em função do combate a dominação burguesa. A causalidade desse processo residiu no fato de que as perspectivas reformistas do partido o levou ao imobilismo no combate a ditadura, e as vias democráticas por esse propaladas, assim como, as alianças policlassistas o levaram ao declínio do reformismo frente à inflexibilidade do regime ditatorial e a inviabilidade de um projeto nacionalista que colocasse em risco as requisições imperialistas. Conforme Antunes (2011) a adoção das vias combativas democráticas poupou o partido da virulência e da brutalidade do regime, mas não eximiu esse da repressão política no regime ditatorial.

[...] o PCB tinha conseguido enquadrar dentro de uma certa política até mesmo os núcleos mais recalcitrantes da esquerda revolucionária. A perda de sua posição dominante no interior da esquerda deixou esta sem um centro de gravidade ideológica e político. Os anos subsequentes a 1964 se caracterizaram por uma acirrada luta ideológica – travada agora dentro da esquerda revolucionária- e por esforços para definir uma estratégia global frente à ditadura. (MARINI, 2014, p. 186).

As organizações em sua maioria de cunho revolucionárias, que surgiram viam no fundamento da luta armada a forma eficaz de combate ao regime ditatorial. Fato que levou essas a se prepararem de forma combativa por meios de ações de guerrilha. Conforme

Marini (2014) as dúvidas que levaram essas organizações a descreditarem no potencial da classe operária nos processos da luta armada, renegando a classe a um papel auxiliar e marginal nesse sentido, foi um equívoco de muitas dessas organizações inicialmente. Ao passo que acreditavam na luta armada como catalisadora do movimento de massas, mas duvidavam do potencial e marginalizavam de certa forma, da participação operária, que tinha potencial para adensar a luta tanto numericamente quanto em qualidade e representatividade. Desta forma, a vanguarda da esquerda no sentido da luta armada ficou de certo modo isolada em ilhas combativas que não tinham a densidade necessária para confrontar com igualdade o poderio militar.

Ao se referir ao processo de renovação e a herança dessa esquerda revolucionária, no que concerne aos quadros políticos e organizacionais, durante o processo de luta de classes na ditadura civil-militar, Marini (2014) evidencia que a dinâmica das lutas entre classes levou essa esquerda a certo amadurecimento no que se refere ao processo de emancipação política. Ao passo que a esquerda revolucionária rompeu com todos os setores dominantes, os confrontando de forma direta e sem diálogo, e tiveram por certo o apoio das massas para superar as opressões do regime ditatorial, mas porém não as escutava. O PCB que tendo todas as condições para levar a esquerda às vias revolucionárias se agarrou ao reformismo, sendo a vanguarda da classe média. Porém, ambas as vanguardas em seus processos de renovação, ainda carregavam a herança expressa no distanciamento dessas em relação aos movimentos de massa, representavam uma classe e diziam defendê-la sem dela se aproximar. Tal fato tem sua causalidade conforme Netto (2008), no obscurantismo cultural que legava a herança da esquerda e a falta de acesso das massas à cultura e que levou “a esquerda revolucionária a renunciar o trabalho imediato de organização de resistência operária e camponesa contra a política de superexploração que o governo aplicava, tomando o foco guerrilheiro como tarefa política central” (MARINI, 2014, p 226).

Por outro lado, a própria repressão do regime impossibilitava uma aproximação das vanguardas de classe mais efetiva junto às massas. Sua atuação no que se refere ao processo de agitação e organização dessas contra o regime se deu nos termos da clandestinidade, fato que determinou as vanguardas revolucionárias a se restringirem a pequenos grupos. Para Marini (2014) o papel último da vanguarda reside na prática política das massas, sendo essa a única via que possibilita a formação de uma verdadeira força revolucionária. As iniciativas da luta armada e o terrorismo urbano se colocavam

como necessários ao passo que poderiam ser o elemento motivador de um movimento de massas confrontador ao estabelecimento da autocracia burguesa.

Do ponto de vista da classe operária o distanciamento das vanguardas políticas da esquerda levou essa a um processo de reestruturação lenta de suas lutas dentro das possibilidades existentes nas estruturas sindicais. Conforme Antunes (2011) na década de 1970 esses direcionamentos da classe operária levaram a um *novo sindicalismo* de cunho mais combativo e de posicionamento político mais revolucionário, em contraposição à influência reformista sobre os sindicatos no período pré-64.

Nesse período outro importante expoente combativo da esquerda foi o Movimento Nacional Revolucionário (MVR). Formado por ex-militares, o movimento vinculado a Leonel Brizola, teve impacto no processo de adensamento da guerrilha urbana. Porém, o isolamento político e a falta de uma estrutura organizativa que permitisse o confronto direto às forças militares levam o MVR ao seu derrocado fim. Nesse sentido, o movimento estudantil também representou uma parcela significativa da classe trabalhadora, influenciados pelas perspectivas revolucionárias da POLOP e AP, tiveram importante lastro no que se refere às lutas combativas e aos movimentos de massa de cunho mais revolucionário, se destacando o papel da UNE no papel organizativo das lutas nesse sentido.

Com o advento do AI nº 5 houve um acirramento no campo das lutas sociais, ao passo que as organizações sindicais, partidárias e combativas vinculadas a segmentos da classe trabalhadora e da esquerda nacional, se adequaram em diversos caminhos combativos à repressão aberta e legitimada que ato institucional representava. A partir de 1968 um novo direcionamento se coloca no campo de disputas na esfera social e nas tensões entre capital e trabalho.

A partir de 1968 um novo marco se coloca nos avanços e na organização da esquerda. O ressurgimento do movimento de massas e os avanços da vanguarda política distanciada do reformismo e aproximada ao seu caráter revolucionário, adensaram a luta armada. Nesse sentido várias organizações de cunho revolucionário surgiram com propostas mais combativas pelo viés da luta armada, entre elas cabe destacar a figura da POLOP que originou posteriormente outras organizações, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e Comando de Libertação Nacional (COLINA), que posteriormente virou a Ação Libertadora Nacional (ALN), direcionada por Carlos Mariguella (MARINI, 2014).

A crítica de Marini (2008) a essas organizações de vanguarda política e militar da esquerda revolucionária reside na sua centralização exacerbada da prática da luta armada prática e o desprezo ao fomento da teoria. Também a falta de um meio articulador entre si, os blocos formados pela esquerda não dialogavam, devido às suas divergências quanto ao caráter político e revolucionário que suas lutas representavam nas suas particularidades, fato que não permitiu um adensamento numérico a luta armada. “No entanto foi a sua prática na luta armada que permitiu a esquerda romper com os métodos tradicionais de trabalho de massa e reunir os elementos necessários para encarar as tarefas colocadas pela luta de classes” (MARINI, 2014, p. 255).

Ao fim do “milagre econômico” na segunda metade dos anos de 1970, a luta armada que representou o acirramento das contradições entre capital e trabalho na ditadura civil-militar pelo expoente das vanguardas revolucionárias, passam a dar lugar no governo Geisel aos crescentes movimentos de massa da classe trabalhadora, que encontraram no processo de abertura lenta e gradual e na insatisfação de setores médios da sociedade, o espaço propício para a retomada da vida política da classe trabalhadora. Entre os processos mais marcantes que evidenciaram o início do período de “transição democrática”, as greves dos movimentos sindicais do ABC paulista entre 1974 e 1979 tiveram importante ressalva no processo de adensamento das lutas da classe trabalhadora.

O projeto de reforma do regime ditatorial frente a crise econômica e política encontrava limites no acirramento das contradições existentes entre capital e trabalho, o que no processo de correlação de forças levou o Governo militar nesse contexto a atender as requisições dos movimentos da sociedade civil organizada e da classe trabalhadora. Isso implicou na revogação do AI nº 5, na restauração do pluripartidarismo e forçou o Governo Figueiredo a aderir um processo de transição democrática, que culminou no fim do regime ditatorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo analisar as expressões da “questão social” na formação social Brasileira da década de 1950 até o fim da ditadura civil-militar. Com a finalidade de refletir sobre os impactos dos processos de transformação capitalista na organização e estruturação da burguesia brasileira, assim como nas suas consequências e reflexos sobre a vida e as lutas sociais da classe trabalhadora no contexto deste período.

Para atingir essa finalidade introduzimos o trabalho delimitando historicamente e teoricamente a concepção da categoria “questão social” que adotamos para contemplar a análise desenvolvida ao longo do texto. Desta forma, partimos do entendimento desta, como uma categoria que se expressa de forma múltipla e diversa na realidade da sociabilidade capitalista, nos termos das contradições existentes entre trabalho e capital, que ganha o seguinte estatuto por meio do processo de problematização histórica e política por parte da classe trabalhadora da reprodução das relações sociais no capitalismo. Assim colocamos esta concepção partindo da apreensão de que o entendimento dos impactos dos processos de “desenvolvimento econômico” sobre a vida da classe trabalhadora e a formação da sociabilidade burguesa brasileira estão entrelaçados e se mostram como manifestações na realidade desta “questão social”.

Nesse sentido, no segundo tópico do capítulo inicial abordamos o processo de transformação capitalista promovido pelas investidas do imperialismo e pelas disposições das burguesias internas dos países da América Latina de se enquadrarem de forma integrada e subalterna no esquema de acumulação do capitalismo monopolista, se atendo para as particularidades desse processo no contexto da realidade brasileira da década de 1950 até o pré-64. Assim foram enfatizados os processos de correlação de forças entre os diversos segmentos da sociedade brasileira, os conflitos intra-burguesia, entre as elites dominantes, assim como o processo de ascensão da classe trabalhadora em suas lutas e organizações até o advento do golpe civil-militar e o contexto governamental em que esses processos se desenrolaram, se atendo para a particularidade dos governos e do desenrolar da “questão social” e as suas expressões no sentido do impacto das intensões de desenvolvimento econômico sobre a vida social e política entre classes no país.

Por fim a síntese das análises construídas a partir dos diversos processos relatados na realidade do contexto, nos fizeram apreender que na realidade que antecedeu o golpe civil-militar, as requisições do capital estrangeiro e a disposição da grande empresa

privada nacional para associar-se no esquema de acumulação, juntamente com a possibilidade de inversão da ordem social que a ascensão da classe trabalhadora e de movimentos da esquerda nacional se colocava antecedente a ordem social, foram determinantes para a instauração de uma autocracia burguesa na nação, com visando o “desenvolvimento econômico” e lidar com as crises políticas e governamentais que dificultavam e afastavam a grande empresa privada estrangeira de investir seu capital na nação. Assim, em uma ordem subalterna a irrupção do capitalismo monopolista em conjunto com a ascensão da autocracia burguesa se direcionou para as requisições norte-americanas suprimindo qualquer intensão ou disposição de um desenvolvimento autônomo de autônomo na realidade brasileira, por meio da aglutinação dos setores dominantes.

Ao apreender esse processo continuamos nossa análise abordando o significado sócio-histórico que perpassou o golpe civil-militar. Nesse sentido, foi analisado o processo de correlação de forças que possibilitou e configurou a formação da autocracia burguesa consolidada nos termos da coalizão entre as elites dominantes, o capital estrangeiro, que se articulou pela tutela militar do Estado, assim caracterizando a ditadura pelo seu aspecto civil-militar.

Ressaltamos a importância do agente diplomático estrangeiro nesse processo de associação civil-militar, assim como a sua cooperação para possibilitar o advento de uma sociedade que assegurasse os padrões políticos, econômicos e sociais que possibilitassem a acumulação do capital monopólico. Não obstante deixamos de abordar o significado das lutas sociais da classe trabalhadora nesse processo, entendendo que as pressões e o acirramento da questão social no pré-64 se apresentaram como fator determinante. Por fim a síntese da análise desses processos nos permitiram apreender que os ciclos que marcam a estruturação e a ascensão da grande burguesia no Brasil se configurou e se configura de importantes marcas que estão no cerne da formação social brasileira, que se clarificam ao olharmos para o significado social e histórico do golpe civil-militar essas são a da subalternidade, do conservadorismo e do resgate e reificação das formas tradicionais de opressão que se inserem no lócus do mandonismo e do paternalismo. Traços que marcaram e configuraram a recente história da burguesia brasileira, assim como das elites tradicionais e que na atual sociabilidade se manifestam de forma clara nos diversos contextos da vida política e social nacional. Basta olharmos para a realidade mundial e nacional onde as disputas ideológicas se acirram num quadro de retomada de

correntes de homogeneização do pensamento conservador nos diversos campos da vida social e política.

Após apreender a síntese das motivações e dos significados intrínsecos ao golpe analisamos a conformação da autocracia burguesa na ditadura civil-militar. Nesse sentido, aprofundamos na compreensão das características que marcaram o papel do Estado sob a tutelar militar no regime ditatorial, a retórica e as práticas intrínsecas no nexo ideológico que marcou os governos e a elites que estiveram em torno do Estado e da dominação burguesa estabelecida o regime. Assim como a configuração do Estado em favor de aprofundar-se nas requisições do imperialismo, implementando políticas e se organizando nos termos de uma tecnocracia estatal que fomentaram a possibilidade dos processos de modernização conservadora da sociedade e de aceleração do crescimento econômico, sob a retórica e técnica central do planejamento. Ao passo que nesse sentido de coalizão a ditadura civil-militar apresentou seu caráter inédito com relação aos regimes autoritários que se estabeleceram no país.

Destacamos as correlações de forças que marcaram as disputas de segmentos militares pelo domínio e influência da maquinaria estatal. O alcance que a Doutrina de Segurança Nacional adotada pelo teve sobre a vida política do país, revelando as marcas da repressão, da cooptação, da criminalização que se objetivaram a suprimir as movimentações sociais e políticas das massas populares e da classe trabalhadora. Nesse sentido ressaltamos a organização legal e institucional da ditadura direcionada a manutenção dos militares no poder, e a propaganda ideológica que legitimava suas práticas de extermínio e perseguição as ideologias “subversivas” e enalteciam o regime, tem força e expressão máxima no Governo Médici com o advento do “milagre brasileiro”. E por fim discorremos sobre o impacto do processo de desaceleração do crescimento, de erosão das bases de legitimidade do regime e da ascensão das lutas da classe trabalhadora, sobre a derrocada crise da ditadura que levou a queda do regime e a abertura de um processo de transição democrática.

O conjunto das análises acerca da autocracia burguesa neste trabalho nos levou a síntese de que a autocracia burguesa na ditadura civil-militar foi representada pela retomada do legado autoritário das elites tradicionais, se apresentando sob formas reinventadas de dominação, que possibilitaram ao aparelho estatal militar, em seu papel articulador dos interesses das elites dominantes, promover as condições necessárias para o aprofundamento do esquema de acumulação do capital na ordem monopólica. Porém a medida que se aprofundou no sentido de privilegiar o imperialismo, o regime frente ao

contexto de crise econômica erodiu as bases que legitimavam seu poder, e diante as mobilizações e lutas sociais de segmentos da sociedade civil organizada e da classe trabalhadora teve de abrir concessões e recuar na sua configuração autoritária.

Esse processo nos permite apreender certas dinâmicas que estão no cerne do capitalismo, tais como se manifestam na atual realidade nacional, no que se refere as ofensivas conservadoras reinventando suas tradicionais práticas, políticas e ideologia nos contextos de crise econômica e política do capital para retomar os padrões de acumulação, seja pela via da repressão e da criminalização das ideologias, políticas e movimentações sociais que se direcionam na inversão dessa ordem. Olhemos para as disputas eleitorais na atualidade brasileira, onde a propaganda política de aversão e de medo as ideologias que pregam e buscam a superação do conservadorismo e autoritarismo que perpassam a vida social e política nacional, estão ganhando corpo e número expressivo de adeptos, que assim como as elites do regime autocrático pregam a necessidade de uma “limpeza ideológica” da nação.

O estudo compreendido nesse trabalho se desfecha com o enfoque das consequências da autocracia burguesa sobre a vida e as lutas sociais da classe trabalhadora. Nesse sentido foi inicialmente destacado os impactos da política econômica ditatorial sobre a vida da classe trabalhadora, sendo enfatizados a lógica de acumulação do capital que se subsidiou na *superexploração* do trabalho, fomentada por uma política salarial que promoveu restrições e a precarização da vida material trabalhadora, assim como, uma política de emprego que restringiu o acesso trabalho e privilegiou a formação de um exército industrial de reserva. Ao passo que nessa direção a política econômica adotada no regime elevou os níveis de mais-valia a padrões extraordinários, aumentando a subordinação do trabalho ao capital. Aqui cabe a reflexão acerca dessa subordinação e da *superexploração*, que se reinventam nos processos de transformação capitalista, ao passo que o peso de se lidar com os entraves e limites impostos ao crescimento econômico recaí sobre a classe trabalhadora por meio da elevação da precarização do seu padrão de vida, da destituição de seus direitos, da restrição da sua liberdade político-ideológica e da exploração de seu trabalho que cobre os custos das manobras econômicas capitalistas.

Portanto, o processo de organização da classe trabalhadora e o reflexo desta autocracia sobre suas lutas implicou inicialmente no desmonte e pulverização de todas as iniciativas combativas políticas da classe trabalhadora ao passo que o regime ganhava e estabilizava sua legitimidade. Ao se expandir as bases de poder do regime a perseguição ostensiva e intensiva, e supressão da vida política da classe trabalhadora se clarificava a

níveis que levaram a esquerda brasileira em suas vanguardas revolucionárias ao recurso da guerrilha e ao declínio do reformismo como perspectiva política que permitisse processos de conquistas no seio da sociedade capitalista.

Quanto a esse processo das organizações da esquerda brasileira no ciclo autocrático burguês, a falta de um eixo de gravitação ideológica, devido o vazio deixado pelo PCB, o obscurantismo cultural, o distanciamento das vanguardas para com massas, a classe operária e o campesinato no processo da luta armada, a partir da síntese das análises desses nos permite apreender alguns direcionamentos as lutas sociais, no sentido, que as condições adversas da repressão teve sobre os processos de luta teve sim peso decisivo para corroborar com esses deslocamentos e desarticulações da classe trabalhadora em uma unicidade de luta, ao passo que também ofereceu o espaço e condições para a radicalização das lutas e o acirramento da “questão social” a um nível revolucionário, porém a realidade nesse segundo aspecto demonstrou uma reinvenção da ordem sobre o viés democrático restritivo.

Porém, nesse sentido não se pode desconsiderar a importância que as lutas no contexto autocrático burguês tiveram para a superação do regime. Ao passo que o movimento das organizações revolucionárias da luta armada, mesmo desarticulado entre si pode influenciar outros segmentos da classe trabalhadora no desenvolvimento de suas lutas e na contraposição ao golpe civil-militar.

Nesse sentido, destacamos o papel das organizações que corroboram a partir da década de 1970 na formação do *novo sindicalismo*, que tiveram papel crucial para retomada da participação da classe trabalhadora da vida política nacional, assim como fomentaram a criação de organizações partidárias que dentro do processo de transição democrática junto aos movimentos conseguiram movimentar a sociedade civil em seus diversos segmentos para darem fim ao regime ditatorial. As resistências da classe trabalhadora e suas organizações nesse sentido se colocaram frente a possibilidade histórica de superação do regime como protagonista, nesse sentido não desconsideramos o papel da instabilidade econômica e da desaceleração do crescimento para o promoção do fim da ditadura civil-militar, mas ressaltamos o oportunismo que proporcionou a classe trabalhadora por meio de suas lutas reconquistar muito de seus direitos sociais e políticos, que foram destituídos no regime ditatorial.

Desta forma, a partir do conjunto da síntese e estudos feitos nesse trabalho visamos contribuir para o estudo e a produção do conhecimento no Serviço Social com enfoque na Formação Social e Histórica do Brasil, enfatizando no período estudado como

a conformidade da sociabilidade brasileira influi sobre as formas de expressão da “questão social”, sendo esse um fator importante no que se refere aos processos de trabalho que perpassam a profissão.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2008.
- IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 5.ed. Florianópolis: Insular, 2014.
- MINAYO, Maria Cecília de Sousa. et. al. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- _____. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2008
- _____. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.
- SANTOS, Josiane Soares. **“Questão social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.
- SANTOS, Theotonio dos. **Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da Nova República**. Petrópolis: Vozes, 1994.